

# UMA APOSTA CONTRA O BRASIL

## PANDORA PAPERS

No país campeão da desigualdade, o ministro da Economia e o presidente do BC escondem fortuna em paraíso fiscal para não pagar impostos. E estão mais ricos graças às próprias decisões tomadas no governo

Foto: Ueslei Marcelino/Reuters

**focus**  
**BRASIL**

NESTA EDIÇÃO

Lula ao 'Libération': o povo é quem vai salvar o Brasil

Bresser Pereira: cenário econômico está deteriorado

Como o PT salvou o Brasil? Para entender as mentiras

Renato Russo: a obra do gênio, 25 anos depois

EXPOSIÇÃO VIRTUAL  
CENTENÁRIO  
Paulo Freire

**A EXPOSIÇÃO ESTÁ NO AR**

ACESSE EM: [fpabramo.org.br](http://fpabramo.org.br)

25 ANOS  
FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

Centro  
Sérgio  
Buarque  
de Holanda  
de Documentação e  
História Política

PAUTA  
BRASIL

**ASSISTA AO  
PROGRAMA  
PAUTA BRASIL**

SEGUNDAS, QUARTAS  
E SEXTAS-FEIRAS  
ÀS 17 HORAS

REALIZAÇÃO E TRANSMISSÃO Fundação Perseu Abramo

transmissão

DCM Forth

TV 247

SIGA O CANAL DA REVISTA

YouTube

focus  
BRASIL

Revista Focus Brasil  
191 inscritos

INSCREVA-SE

NO YOUTUBE

# focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Danilo

Molina, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

## DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Geraldo Magela e Valter Pomar

## CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur

Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,

Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,

Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,

Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,

Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de

Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

## SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de

Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer),

Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto

(Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

## CONTATOS

[webmaster@fpabramo.org.br](mailto:webmaster@fpabramo.org.br)

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091



NESTA EDIÇÃO

# PANDORA PAPERS: O MINISTRO MILIONÁRIO SONEGA IMPOSTOS

Vazamento global de dados revela que milionários brasileiros recorrem a paraísos fiscais para escapar do pagamento de impostos. Inclusive, autoridades do govnrno.

Página 11

**EDITORIAL.** O povo passa fome, mas os ricos no Brasil estão mais ricos

Página 4

**ENTREVISTA.** A hora é do Estado fazer investimento, defende Bresser-Pereira

Página 6

**CLUBE DOS RICOS.** Guedes e Campos Neto escondem dinheiro lá fora

Página 12

**MOTIVOS.** Por quê enviar dinheiro para fora do país? Ora, para não pagar imposto

Página 16

**ORÇAMENTO.** Governo corta R\$ 600 milhões da área de ciência e pesquisa

Página 18

**DESENVOLVIMENTO.** Lula diz que Estado precisa acabar com a miséria social

Página 19



Arte: Olímpio sobre foto da Agência Brasil

**IMPEACHMENT.** Ao canal Globonews, Gleisi diz que PT luta por Fora, Bolsonaro

Página 21

**CPI.** Relatório final de Renan vai indiciar o presidente, dois dos filhos e ministros

Página 22

**CARESTIA.** Nos protestos de 2 de Outubro, a estrela foi a grita contra a inflação

Página 23

**PREÇOS.** Com Bolsonaro, a inflação vai a 10,25%. O maior recorde em 25 anos

Página 26

**PESQUISA.** A grita da geral é contra o descontrole da inflação dos produtos

Página 28

**FAKE NEWS.** Câmara vai analisar projeto que regula plataformas de redes sociais

Página 30

**DÍVIDA EXTERNA.** Com o PT, Brasil saldou dívida com FMI e reduziu montante

Página 32

**SEMINÁRIO.** Juca Ferreira apresenta debate sobre cultura e democracia na FPA

Páginas 34

**MEMÓRIA.** A morte de Che Guevara, o teatro do Negro e a queda de Ibiúna, em 68

Página 36

**CULTURA.** Os 25 anos da passagem de Renato Russo e seu legado artístico

Página 38

**MÚSICA.** O novo disco da cantora Juçara Marçal, que vai do samba ao rap

Página 42



# GUEDES NO PARAÍSO FISCAL E O POVO PASSANDO FOME

Aloizio Mercadante

O descalabro do desgoverno Bolsonaro vai empurrando o Brasil para uma situação insustentável e dramática. Os retrocessos e desmontes envolvem todas as áreas do estado e o presidente da República segue tentando agir como se não fosse ele o principal responsável pelo abismo em que o país se encontra.

Na saúde, além dos horrores

que estão aparecendo nas investigações da CPI e dos mais de 600 mil mortos na pandemia, o governo segue defendendo o tratamento precoce com Cloroquina já completamente descartado pela medicina. O quarto ministro da saúde expôs o Brasil a um vexame global na ONU, ao relativizar junto com Bolsonaro a relevância da vacina e terminar contaminado, junto com outros membros da delegação brasileira.

No meio ambiente, temos um histórico de ministros mais

comprometidos com a predação do que com a proteção dos nossos biomas, em meio a tragédia da devastação da Amazônia e a indignação de um planeta exposto ao desequilíbrio climático promovido pelo aquecimento global.

O Ministério da Educação já está no quarto ministro. O primeiro foi um monarquista, o segundo, um obscurantista considerado por muitos especialistas como pior ministro da Educação da história do Brasil.

O terceiro foi sem ter sido e

o atual defende que a universidade deve ser para poucos, que crianças com deficiência prejudicam o ambiente escolar e agora está desmontando a Capes e comprometendo a pós-graduação.

Na ciência e tecnologia, temos um ministro vestido astronauta que vive no mundo da lua e assiste passivamente mais um corte devastador no orçamento da ciência.

Na justiça, um ex-ministro patrocinou o maior episódio de lawfare da história do país, conforme revelou a Vaza Jato e reconheceu o próprio STF e outro se utilizou da Lei de Segurança Nacional, felizmente revogada pelo Congresso Nacional, para perseguir adversários político e quer, agora, virar ministro do Supremo com uma indicação no limbo, sem que o Senado se disponha a votar o nome dele.

E, na economia, temos um ministro que participou da imposição da agenda neoliberal da ditadura pinochetista, operador de mercado e que veio para ser um superministro. Por isso, centralizou os Ministérios da Fazenda, da Indústria e Comércio, do Planejamento, do Trabalho e a Previdência e está apresentando os piores indicadores econômicos da história recente do país.

A recessão ameaça voltar, a inflação na casa dos dois dígitos, 20 milhões de desempregados, uma precarização sem precedentes no mundo do trabalho e a desindustrialização e a fuga de empresas do país seguem sem incomodar a agenda do ministerial. A prioridade é patrocinar uma pedalada fiscal de R\$ 50 bilhões para 2022,

## A ESTIMATIVA É DE QUE EXISTA US\$ 36 TRILHÕES EM DEPÓSITOS EM PARAÍSOIS FISCAIS E A PERDA DE RECEITA É AVALIADA EM US\$ 900 BILHÕES

mas segue defendendo o teto de gastos para o próximo governo, teto que nunca foi respeitado desde o golpe.

Guedes ainda tem o desprate de dizer que empresários deveriam ter vergonha de não pagar impostos no Brasil, que dólar alto é bom porque até empregada doméstica estava indo para Disney e que o Fies bancou até filho de porteiro nas universidades, enquanto tem uma fortuna em dólar em um paraíso fiscal. Mesmo modo operacional do presidente do Banco Central, um escárnio!

Paraísos fiscais são esconderijos do dinheiro, instrumentos de lavagem e mecanismo de sonegação fiscal. A estimativa é de que exista US\$ 36 trilhões em depósitos em paraísos fiscais e a perda de receita em tributos é avaliada em US\$ 900 bilhões por ano.

Na crise de 2009, houve um forte movimento para acabar

com os paraísos fiscais e nada foi feito. Agora, há uma importante articulação que reúne 140 países, para a criação de uma tributação mínima obrigatória para qualquer empresa em qualquer lugar do mundo. Este é um importante mecanismo para proteção das economias nacionais e de controle da evasão fiscal.

É evidente que esses vultosos valores em offshores são incompatíveis com a natureza da função pública de Guedes e Roberto Campos Neto. Os dois são reguladores do mercado de capitais e da taxa de câmbio. Sem falar que, na reforma tributária, Guedes patrocinou a redução da taxa de aplicações fora do Brasil para 6%, enquanto um assalariado paga até 27,5% de imposto de renda como pessoa física.

Além disso, essa fortuna no estrangeiro não gera investimento, renda ou desenvolvimento do país, o que mostra uma relação de desconfiança do ministro com a sua própria política econômica.

Enquanto isso, o povo vai vivendo o inferno da carestia, da fome e da miséria. No país que é o maior produtor e exportador de carne do planeta, o povo pobre, depois de abandonar a carne, o frango e o ovo, disputa um pedaço de osso, um pé de galinha ou uma carcaça de peixe.

É difícil imaginar que Paulo Guedes tenha como se defender no plenário da Câmara de Deputados, mais difícil ainda é o país continuar assim até o final de 2022. •



# O BRASIL NÃO AGUENTA MAIS ESSA ESTAGNAÇÃO

Economista e cientista político, Bresser-Pereira defende a retomada do investimento público para tirar o país do atoleiro e da atividade econômica paralisada pela agenda neoliberal de Paulo Guedes. Para o ex-ministro, a perspectiva de Lula na Presidência é muito boa para o país

Pedro Camarão

**L**uiz Carlos Bresser-Pereira afirma estar seguro de que as eleições de 2022 vão ocorrer normalmente. Apesar da afirmação feita com um tom tranquilo, ele pondera que é preciso acompanhar de perto para garantir que o processo eleitoral se dê sem sobressaltos.

Professor da Fundação Getúlio Vargas desde 1959, ele aponta Jair Bolsonaro como o pior presidente da história do Brasil. “Não há dúvida nenhuma de que cada dia do senhor Bolsonaro e do senhor Guedes é um mal para a sociedade brasileira e para a economia brasileira”, afirma. Bresser considera que Bolsonaro deveria ter sido alvo de um processo de impeachment, mas já não acredita na instauração do processo.

Economista, cientista político, cientista social, administrador de empresas, advogado e professor, Bresser diz estar satisfeito com a

possibilidade da volta de Lula à Presidência. Ele considera que é fundamental encontrar meios, e tem sugestões para restabelecer o investimento público. Para o professor, a emissão de moeda é uma ferramenta que já está sendo utilizada no mundo todo e que o Brasil precisa, urgentemente, começar a utilizar. A seguir os trechos da entrevista à **Focus Brasil**:

**Focus Brasil – O Brasil vive uma conjuntura caótica. Bolsonaro e Paulo Guedes representam um atraso na retomada do crescimento? Em quatro anos é possível mudar a situação?**

**Luiz Carlos Bresser-Pereira** – Não há dúvida nenhuma de que cada dia Bolsonaro e Guedes são um mal para a sociedade e para a economia. Agora, é importante considerar que entramos em uma grande crise em 2014. E deste então estamos mergulhados nela. Eu entendo que diferentemente

do governo Lula, Dilma teve problemas muito sérios. Ela cometeu erros econômicos e políticos. Lula tinha feito um enorme esforço para conseguir um acordo com os empresários industriais e a coisa tinha avançado bastante.

Eu me lembro que em 2011 participei de uma reunião em que todas as centrais sindicais se reuniram com a Fiesp para celebrar o acordo que estava surgindo. E, no entanto, dois anos depois, já havia sido rompido. Os empresários não sentiram confiança no governo da Dilma. Ela baixou os juros – quando havia espaço para baixar – mas sem que houvesse um ajuste fiscal ao mesmo tempo. Resultado: houve um pouco de aumento da inflação. E aí começou a gritaria do mercado financeiro e ela abandonou depressa a sua política. Quando fez isso, o governo tinha começado a acabar.

Quando chegamos em 2014, fez-se uma política alucinada de





desonerações. Não era uma política industrial. Lula e a própria Dilma já tinham tentado políticas industriais com economistas competentes, o que não foi o caso naquele momento. E isso foi muito ruim para o Brasil. Acabou facilitando o impeachment. O impeachment foi um golpe, não há nenhuma dúvida. Um golpe dado por políticos da pior espécie chefiados pelo Temer, que tinha uma aura de homem sério dentro do PMDB, e, realmente, deu um golpe em seu benefício. Mas ele o fez se aproveitando de uma coisa que surgiu na sociedade em 2013 e 2014. E isso não foi culpa do governo federal. Foi uma coisa completamente alucinada que aconteceu na sociedade: o surgimento do ódio. Eu nunca tinha visto isso. De repente, a classe rica e grande parte da classe média criou ódio ao PT e a Lula. Isso foi muito ruim, e revelou-se uma desgraça para a sociedade. Em uma sociedade democrática, há política. E a política é o campo em que adversários lutam. Quando aparece o ódio, isso vira uma guerra em que um tenta matar o outro. Isso só pode dar em bobagem. Como deu.

– **Havia uma ânsia para mudar a agenda econômica?**

– Nesse processo também tinha acontecido essa coisa patética, a nossa elite resolveu assumir um neoliberalismo radical. O neoliberalismo que tinha mudado o Primeiro Mundo em 1980 com [Ronald] Reagan e [Margareth] Thatcher chegou no Brasil em 1990 com o [Fernando] Collor. E foi muito ruim. Essa é uma causa das dificuldades pelas quais passa a sociedade desde então. E foi muito agravado quando a classe rica adota a posição rigorosamente ultraliberal. Temer se aproveitou disso no impeachment. Percebeu que para conseguir o apoio, bastava fazer o projeto *Uma Ponte*

*Para o Futuro*. Ele chamou economistas absolutamente neoliberais para escrever o projeto. Não era o que ele pensava, não interessava isso a ele. Mas Temer queria era o apoio da burguesia. E conseguiu.

– **Isso se mantém com Bolsonaro.**

– Bolsonaro ainda aproveitou desse ódio para se eleger. Não é simplesmente isso o que explica. O Bolsonaro é um mal absoluto, nunca houve um presidente tão ruim na história do Brasil. Ele deveria ter sido impichado, não foi e

## AS PERSPECTIVAS DE QUE LULA SEJA ELEITO PRESIDENTE SÃO CADA VEZ MAIORES E ISSO É MUITO BOM. É UMA SOLUÇÃO PARA SUPERAR BOLSONARO

acho que agora não dá mais tempo. Mas, felizmente, a sociedade brasileira parece que está caindo em si. O ódio ao PT desapareceu, a meu ver. Sempre tem, mas nas mentalidades muito radicais que são secundárias. E nas prévias eleitorais o Bolsonaro não para de cair.

– **O PT tem chances de voltar.**

– As perspectivas de que o Lula seja eleito presidente são cada vez maiores e isso é muito bom. Isso oferece uma perspectiva

para o Brasil não só superar o Bolsonaro, mas permitir que a centro-esquerda chegue ao poder novamente e tenha um projeto para o país. Eu estou preocupado com isso. Estou seguro de que vai haver eleições, de que o Bolsonaro será derrotado e que, muito provavelmente, o Lula será eleito. Então, preciso que o governo Lula tenha uma solução não para os problemas do Bolsonaro, só de chegar no governo, já resolve esse assunto. Mas precisamos tirar o Brasil da quase estagnação em que se encontra desde 1980. Durante o governo Lula, houve um bom crescimento. Mas isso deveu-se muito a um boom das commodities, de forma que quando acabou esse “boom”, o crescimento também foi embora. Não foi um crescimento baseado na indústria. A indústria precisa voltar a crescer.

– **Houve uma desorganização do país com esse governo. Em quatro anos, um novo governo poderá já colocar o Brasil em outro patamar?**

– Eu acho que sim. Quer dizer, claro que, novamente, vai precisar de uma coalizão de classes e obter apoios na sociedade. O Brasil já não aguenta mais essa semiestagnação de longo prazo, essa falta de perspectivas que tomou conta não só da economia, mas da sociedade. Quando o governo se apresentar com uma proposta que faz sentido, vai conseguir apoio. E essa coisa pode levar o país a realmente voltar a crescer mais rapidamente do que os países ricos. Temos crescido a uma taxa aproximadamente a metade do que crescem os países ricos nos últimos 40 anos.

– **O que é preciso fazer para alcançar esse crescimento?**

– Primeiro, precisa ter um diagnóstico. Por qual motivo o Brasil tem crescido tão pouco. Uma econo-



mia cresce se tiver uma taxa de investimento elevada. Então, a acumulação de capital com incorporação de progresso técnico é o determinante fundamental do desenvolvimento econômico. Precisamos ter uma taxa de investimento muito maior do que temos agora. Nossa taxa está em torno de 17%, 18%. E isso é absolutamente insatisfatório. Já tivemos muito mais. Devíamos ter pelo menos 25%. Teríamos que ter meta de aumento. Países como a China continuam crescendo com taxa de investimento de 35%, 40%. No momento áureo do Japão, a taxa era de 30%. Mas vamos ser realistas, 25% já seria uma grande coisa. Mas por que o Brasil não tem investido tudo isso? Aí é preciso separar o investimento público do privado. Acho que a melhor coisa que o governo Lula fez no plano econômico foi tentar fortemente aumentar o investimento público. Porque isso é absolutamente fundamental para o desenvolvimento econômico. Não só porque é investimento realizado, principalmente, na infraestrutura que tem papel estratégico no desenvolvimento de cada país, mas, além disso, o investimento público cria oportunidades para o investimento privado.

Os liberais têm uma teoria inversa. Usam uma expressão em inglês "crowding out". Para eles, o investimento público afastaria o investimento privado. Isso é falso. Tem havido várias pesquisas que mostram o contrário. A revista acadêmica *Brazilian journal political economy*, que edito desde 1981, tem artigos ótimos sobre isso. E o PT percebeu e conseguiu aumentar um pouco o investimento público, embora não tenha aumentado a poupança pública. Mas isso já foi ótimo. Para aumentar mais o investimento público, o Brasil precisa pensar como realiza poupança pública. E isso está muito difícil porque há pressões

de todos os setores da economia, não só dos rentistas, mas também do setor privado, dos altos servidores públicos. Vamos ter que enfrentar esse problema e isso não será fácil.

### **– A Emenda do Teto de Gastos é um obstáculo para o aumento do investimento público no Brasil?**

– O teto de gastos é uma solução cretina, essa é a palavra, pensada pelo [Henrique] Meirelles e o Temer para dizer que eram confiáveis porque estavam chegando

## **O TETO DE GASTOS É UMA SOLUÇÃO CRETINA, ESSA É A PALAVRA, PENSADA PELO MEIRELLES E O TEMER PARA DIZER QUE ERAM CONFIÁVEIS**

após o impeachment. Não sou contra o teto de gastos, acho que o Estado deve ter um teto, mas deve ser proporcional ao PIB. Nunca um teto fixo como estabeleceram, que só muda com a inflação. Não muda nem com o crescimento da população nem com o crescimento do PIB. Não faz sentido isso. É uma fonte de irracionalidade muito grande. Precisamos aumentar o investimento público e minha tese não é de que devemos ter teto. É o contrário. Acho que deveríamos

ter um piso. Deveríamos ter um objetivo de que o investimento público, inclusive das empresas estatais, correspondesse a 5% do PIB. Quer dizer, isto seria um primeiro objetivo. Obter meios para fazer esse investimento.

Os liberais e, durante muitos anos, o FMI impediram o crescimento do Brasil nos proibindo de fazer investimentos públicos porque jogavam todo o investimento público no déficit público e aí então queriam um déficit público pequeno e ficava esse inferno.

A segunda coisa é o investimento privado. O investimento público pode representar mais ou menos 20% a, no máximo 25% do total dos investimentos. O resto, numa sociedade capitalista como é a nossa, tem que ser feito pelo investimento privado. Aí a teoria econômica, novamente, é quase consensual em dizer que para que haja investimento é preciso que a taxa esperada de lucro seja substancialmente maior do que a taxa de juros. Ou seja, a taxa do custo do capital. E que o empresário possa então tomar dinheiro emprestado e fazer seus investimentos. Então, é preciso garantir isso. É preciso ter uma taxa de juros razoavelmente baixa e uma taxa esperada de lucro satisfatória. A teoria neoclássica que é a teoria econômica dos liberais afirmava que essas expectativas de lucro satisfatórias existiam sempre. É falso. Basta ver que havia crises e que os empresários paravam totalmente de investir por falta de expectativas de lucro. Aí surgiu, [John Maynard] Keynes nos anos 1930 e disse que há uma solução para isso, que a taxa de lucro depende fundamentalmente da demanda e há uma tendência de insuficiência de demanda. Então, é preciso que o Estado intervenha com uma política fiscal contracíclica para neutralizar essa insuficiência de demanda. Se o Estado fizer essa política, ele vai conse-

guir que a demanda permaneça num nível satisfatório e vai conseguir que a taxa esperada de lucro seja satisfatória e os empresários investirão. Essa ideia e outras relacionadas com essa fizeram uma revolução na ciência econômica e Keynes se transformou no maior economista do século 20, sem nenhuma dúvida.

Mas nos últimos 40 anos, no Norte as grandes universidades e os governos neoliberais abandonaram Keynes novamente. A solução é simplesmente voltar à Keynes? Não. Porque além disso aconteceu uma outra coisa que ninguém considerou, que mesmo quando houvesse demanda satisfatória, a taxa de lucro podia não estar boa. É aí que entra o Novo Desenvolvimentismo, essa teoria que venho desenvolvendo nos últimos anos e diz o seguinte: sim, é fundamental que haja demanda.

Então, a ideia keynesiana está absolutamente certa, mas é preciso uma segunda condição. É preciso que as empresas tenham acesso a essa demanda. Elas podem ter o acesso negado quando a taxa de câmbio do país fica apreciada no longo prazo. Aqui no Brasil existe essa tendência por dois motivos. O primeiro é o de crescimento com endividamento externo. A ideia de que se entra em déficit em conta corrente que é financiado com investimento das empresas multinacionais e também com empréstimos que aumentam o investimento no país e assim o país cresce.

Nenhuma teoria rejeitou isso. Mas o Novo Desenvolvimentismo diz que essa teoria está errada. Para crescer, você não pode entrar em déficit de conta corrente. Pode parecer mais do que natural que países pobres em capital queiram obter capitais dos países ricos, mas isso é falso. Quando você entra em déficit é

preciso financiar esse déficit. Assim, as entradas de capital serão maiores que as saídas todos os anos enquanto esse déficit durar. Quando entram capitais a taxa de câmbio se aprecia.

– **Como a China?**

– As pesquisas confirmam isso. O país que mais cresceu na história da humanidade foi a China nesses últimos 40 anos. Um crescimento espantoso. Os americanos são loucos para dizer que a China deve esse de-

## O QUE ACONTECE É QUE NEM OS EMPRESÁRIOS NACIONAIS NEM O MERCADO FINANCEIRO INTERNACIONAL CONFIAM NESSE GOVERNO

envolvimento a suas multinacionais. Tolice. A China cresceu rigorosamente com o próprio capital. Nesses 40 anos, durante três anos apenas a China teve um déficit em conta corrente. A China teve um enorme superávit nesse período que permitiu que ela criasse grandes reservas e financiam os investimentos diretos dos chineses no resto do mundo. O segundo país que mais cresceu foi o Japão. E é a mesma coisa.

A Teoria Novo Desenvolvi-

mentista diz também que a taxa de câmbio segue um processo cíclico. Quando chega uma crise financeira, ela se deprecia fortemente porque os credores não têm mais confiança no país e interrompem o seu financiamento, aí então a taxa de câmbio sobe. Quando a situação se normaliza, a taxa de câmbio vai se apreciando, permanece vários anos apreciada até uma nova crise financeira que o país entra porque quer crescer com poupança externa. Esse modelo confirmou-se inteiramente até 2014, quando houve a crise e a taxa de câmbio se depreciou, só que até agora ela não voltou a se apreciar. Nós estamos com uma taxa de câmbio mais depreciada do que necessário. Eu creio que o ideal deve ser R\$ 4,90 a R\$ 5 por dólar. O que acontece é que nem os empresários nacionais nem o mercado financeiro internacional confiam nesse governo. Por isso, ficamos desse jeito.

– **E por que a indústria não investe nessa conjuntura?**

– Apesar de que a expectativa de lucro seria boa, as empresas não têm confiança não só por causa da crise, mas porque economistas liberais afirmam que quando a situação se normalizar a taxa de câmbio desce para R\$ 3,50 ou R\$ 4 por dólar. O governo precisava garantir que vai manter sua taxa de câmbio num nível satisfatório. Recentemente, me perguntaram como se faz para manter a taxa de câmbio no “lugar certo”, para neutralizar a doença holandesa. Respondi que é perfeitamente viável, que é preciso criar uma lei que defina que o sistema tarifário do Brasil terá duas partes. Uma é a tarifa câmbio e a outra é a tarifa de política industrial. Assim, ficaria definido que a tarifa câmbio subirá ou descerá de acordo com o preço médio das principais *commodities* exportadas



pelo Brasil, de forma que quando o preço das *commodities* subir, o preço da tarifa aumenta e o contrário também. Podia ainda ter a tarifa que eu chamo de política industrial que á que existe hoje. Mas é preciso que os economistas brasileiros discutam isso. Eles não estão discutindo. Temos um acordo para assinar com a União Europeia, mas felizmente a UE não está assinando conosco porque a Argentina não concorda e porque a UE está em desacordo com a questão ecológica.

– O senhor falar sobre a necessidade de aumentar o investimento público. Como conseguir mais dinheiro?

– Aí vem um problema complicado. Teoricamente, o motivo pelo qual a taxa de investimento caiu no Brasil não foi apenas porque os governos ficaram neoliberais, foi também porque a poupança pública caiu muito. Nos anos 1970, a poupança pública era cerca de 5% do PIB. Desde a crise dos anos 1980, essa poupança é negativa em 2% do PIB. Isso dificulta muito o investimento público. Não existe financiamento para ele. O fato concreto é que os brasileiros não parecem dispostos a deixar que o Estado tenha um superávit no seu orçamento para poder gastar em investimento público. As pressões são muito grandes, dos rentistas que foram derrotados, mas já estão de volta. Tem a pressão das empresas e outros setores que têm desonerações. Isso estava sem solução, até que se passou a discutir uma teoria que é de um grupo de economistas neokeynesianos que é a chamada Moderna Teoria Monetária. Esses economistas argumentaram que a oferta de dinheiro é endógena. A moeda é criada no sistema econômico, no processo de crescimento e não gera inflação. Isso também

já está na teoria da inflação inercial que eu desenvolvi na década de 1980. E outra coisa, que governo jamais “quebra” quando se endivida em moeda local. Também é absolutamente verdade. Veja, o Japão devia 260% do seu PIB e não quebra, é porque é tudo devido em lene.

Então, eles concluíram que o governo podia emitir dinheiro. E os banqueiros centrais também descobriram isso com a crise de 2008. O neoliberalismo começou a terminar ali, no Nor-

## NOS EUA, SÓ SE FALA NA EMISSÃO DE MOEDA. MAS AQUI NO BRASIL NINGUÉM QUER DISCUTIR ISSO. NÃO PODEMOS FICAR SÓ NA POLÍTICA INDUSTRIAL

te. Aqui continua essa coisa ridícula. Quando houve essa crise, primeiro foi feita uma política contracíclica keynesiana que todos os países adotaram e assim a crise não alcançou a dimensão que poderia ter alcançado. Os banqueiros centrais perceberam que as economias não estavam crescendo apesar de estarem equilibradas. Eles começaram a fazer o chamado “afrouxamento monetário”. Os bancos centrais passaram a emitir moeda. Eles combinavam com o Tesouro, ele emite título e o banco cen-

tral compra. Com isso, o Tesouro fica com o dinheiro para poder gastar. O objetivo era aumentar a quantidade de dinheiro no sistema fazendo com que a taxa de juros ficasse baixa e com isso estimulasse a economia. O fato é que houve uma emissão monetária enorme e nenhuma inflação. Isso deu força para a Moderna Teoria Monetária, de forma que quando chegou a pandemia os países ricos financiaram o combate com emissão de moeda.

– E o Brasil na contramão...

– O Brasil na contramão. Eu defendi firmemente essa ideia, mas nada. O Banco Central foi contra e o Congresso foi contra. Ficaram com medo. Estamos escaudados pela inflação. Recentemente, propusemos que o Estado brasileiro seja autorizado a emitir moeda, até 5% do PIB todo ano para financiar investimento público. Com a condição de que não haja excesso de demanda e, portanto, não haja perigo de inflação por excesso de demanda. Para isso, o Conselho Monetário Nacional, a cada três meses na sua reunião normal, autorizaria ou suspenderia a liberação das verbas para esses investimentos. Acho que é uma proposta realista, mas ela não chegou a ser discutida.

Eu participei de um debate internacional e a economista brasileira Monica de Bolle, professora em Washington e pesquisadora de um dos mais importantes centros de pesquisas macroeconômicas que é o Peterson Institute. Eu coloquei isso no debate e ela afirmou que nos EUA só se fala nisso porque eles estavam financiando os gastos da Covid com emissão de moeda. Então, não é nada de absurdo. A questão é que não podemos ficar só com política industrial, é necessário, mas não é tudo. •



ESTOU A DOIS PASSOS... Cartaz em São Paulo critica o ministro da Economia e sua fortuna escondida em paraíso fiscal

# GUEDES NO PARAÍSO... E O POVO NO INFERNO

Investigação internacional envolvendo 35 líderes políticos ao redor do mundo, entre 300 funcionários públicos de alto escalão de diversos países, revela arquivos de offshore: o escândalo Pandora Papers. O ministro da Economia do Brasil está entre os milionários que esconderam dinheiro em paraísos fiscais, assim como o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto

**E**m de setembro de 2014, com o mercado financeiro agitado diante da iminência da reeleição de Dilma Rousseff (PT), o Banco Central interveio para conter a alta do dólar. No dia seguinte, o economista Paulo Guedes, então sócio da Bozano Investimentos, gestora de recursos, fundou a Drea-

dnoughts International, uma *offshore* nas Ilhas Virgens Britânicas, um paraíso fiscal no Caribe. Nos meses seguintes, Guedes aportaria US\$ 9,54 milhões – o equivalente, hoje, a mais de R\$ 50 milhões – na conta da empresa, numa agência do banco Crédit Suisse.

Passados sete anos, Guedes é agora o ministro da Economia. E sob sua administração está a políti-



ca econômica do governo. Suas diretrizes o beneficiaram diretamente e o deixaram mais rico. Guedes está entre os 300 funcionários públicos ao redor do mundo que aparecem nos arquivos de empresas *offshore*, apelidados de Pandora Papers, revelados pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos. O material veio a público no último domingo, 5, que mostrou *offshores* ligadas a 133 bilionários – de mais de 40 países – listados no ranking da Forbes. O Brasil é o 2º país com mais bilionários do ranking conectados a *offshores*, com 15. Fica atrás da Rússia, com 40, e à frente do Reino Unido, com 10.

No Brasil, a abertura de uma *offshore* ou de contas no exterior não é ilegal, desde que o saldo mantido lá fora seja declarado à Receita Federal e ao Banco Central. Mas, no caso de servidores públicos, a situação é diferente. O artigo 5º do Código de Conduta da Alta Administração Federal, instituído em 2000, proíbe funcionários do alto escalão de manter aplicações financeiras, no Brasil ou no exterior, passíveis de serem afetadas por políticas governamentais.

Ora, Paulo Guedes é o ministro da Economia, acumulando amplos poderes como nenhum outro ministro desde o governo Fernando Collor. Guedes tem sob o seu guarda-chuva três antigos ministros: Fazenda, Planejamento e Trabalho. Está sob responsabilidade de Guedes a condução da política econômica. Sob o seu comando ainda há o Banco Central, presidido pelo economista Roberto Campos Neto, autoridade que conduz a política monetária. Pois Campos Neto também tem uma *offshore* em paraíso fiscal. Ambos terão de se explicar perante o Congresso.

A proibição a autoridades públicas em deter contas fora do país não se refere a toda e qualquer

política oficial, mas àquelas sobre as quais “a autoridade pública tenha informações privilegiadas, em razão do cargo ou função”. Em janeiro de 2019, cinco anos depois de abrir uma *offshore* e depositar US\$ 9,54 milhões, Guedes virou o principal fiador do governo Bolsonaro e assumiu o cargo de ministro da Economia. Sob sua responsabilidade estão decisões capazes de afetar seus próprios investimentos no exterior.

Na sexta-feira, 8, Guedes – depois de seis dias – decidiu se explicar. “Perdi muito dinheiro estando aqui [no Ministério da Economia] exatamente para evitar problemas como esse”, afirmou. “Tudo o que estava ao meu alcance de investimento eu vendi, tudo pelo valor de investimento. Eu perdi muito mais do que o valor da companhia que está declarado legalmente lá fora. É permitido, não fiz nada de errado”, disse, candidamente.

As penas para quem infringe o artigo 5º do Código de Conduta variam de simples advertência à recomendação de demissão. Apesar do conflito de interesses em potencial, Guedes mantém o controle da *offshore* nas Ilhas Virgens Britânicas. O ministro teria lucrado R\$ 14 milhões com a valorização do dólar, somente durante o seu mandato à frente da pasta. Mas suas decisões afetaram muito mais do que a valorização cambial.

A proposta de reforma tributária apresentada pelo governo ao Congresso é um exemplo do conflito de interesses. Por sugestão da Receita Federal, o projeto da reforma previa a taxa de ganhos de capital no exterior, incluindo investimentos em paraísos fiscais – situação que, sabe-se agora, atingiria o ministro Guedes. A ideia, no entanto, acabou derrubada com a anuência do Ministério da Economia.

Outro item da reforma, negociado e aprovado pela equipe econômica, reduz drasticamente

a taxa sobre a repatriação de recursos. Hoje, a taxa não é um consenso, e sempre rende discussões judiciais, mas varia de 15% a 27,5%, a depender do volume de recursos. Pela proposta do governo, a alíquota, se aprovada, cairá para 6%.

Guedes não é o único integrante da equipe econômica do governo Bolsonaro nos Pandora Papers. O presidente do BC, Roberto Campos Neto, também consta nos documentos como dono da Cor Assets S.A., uma *offshore* no Panamá, outro paraíso fiscal, situado na América Central.

Ele criou a *offshore* em 2004, com capital de US\$ 1,09 milhão – o equivalente hoje a R\$ 6 milhões – e continuava como controlador quando assumiu o posto no governo em fevereiro de 2019. À diferença de Guedes, ele fechou sua *offshore* em outubro do ano passado. Ainda assim, durante os 22 meses em que presidiu o BC na condição de dono da Cor Assets, Campos Neto poderia ser enquadrado no artigo 5º do Código de Conduta.

No cargo de presidente do BC, Campos Neto também tem acesso a dados estratégicos, como câmbio e taxas de juros, capazes de afetar seus investimentos lá fora. Em julho do ano passado, por exemplo, assinou portaria mudando as regras para a declaração de ativos no exterior. Até então, todo brasileiro que tivesse mais de US\$ 100 mil lá fora tinha que informar o BC todos os anos. Com a portaria, esse valor subiu para US\$ 1 milhão – uma mudança que, dizem os especialistas, reduziu a transparência dos investimentos de brasileiros no exterior. Não se sabe o volume de recursos que Campos Neto mantinha em sua *offshore* quando a fechou. Agora, o presidente do BC e o ministro da Economia terão de revelar como administram suas fortunas fora do país. •

# PT COBRA INVESTIGAÇÃO

Bancadas pressionam PGR a investigar Guedes e Campos Neto. Decisões do governo deixaram ministro da Economia e presidente do BC mais ricos

As bancadas do PT na Câmara e no Senado pediram à Procuradoria Geral da República que investigue as contas milionárias mantidas em paraísos fiscais pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. “Estamos falando de dois dos mais importantes responsáveis pela condução da política econômica do país neste momento. Em nome da lisura e da transparência, o povo brasileiro tem o direito a essas informações”, afirmou o líder Elvino Bohn Gass (PT-RS).

Petistas denunciam que a manutenção de investimentos fora do país, mesmo declarados à Receita Federal, violam as normas da administração pública. O Código de Conduta da Alta Administração Pública proíbe funcionários do alto escalão de manter aplicações financeiras que possam ser afetadas por políticas governamentais.

Documentos comprovam que Guedes criou, em setembro de 2014, uma empresa chamada Dreadnoughts International, nas Ilhas Virgens Britânicas, um paraíso fiscal no Caribe. Desde então, já depositou, na conta da empresa, aberta no banco Crédit Suisse, US\$ 9,55 milhões, o que, no câmbio de hoje, corresponderia a R\$ 51 milhões. Já Campos Neto criou a Cor Assets SA no Panamá, paraíso fiscal da América Central, em 2004, com capital de US\$ 1,09 milhão – R\$ 5,8 milhões.

Abrir uma empresa ou uma conta em outro país não é proibido, desde que o saldo mantido no exterior seja declarado à Receita e ao Banco Central. Porém, tudo muda de figura quando a se trata de servidor pública. Guedes e Campos Neto agiram de forma suspeita porque passaram a comandar a economia nacional enquanto mantêm empresas no exterior. •

## CLUBE DOS SUPER-RICOS BRASILEIROS

Brasileiros estão em destaque dentro do clube exclusivo dos milionários com dinheiro escondido em paraísos fiscais. Com 1.897 nomes, o Brasil é o quinto com a maior quantidade de pessoas citadas na base do Pandora Papers, que conta com pelo menos 27,1 mil offshores.

Neste seleto grupo, constam os donos das maiores empresas do Brasil, como os irmãos Andrea, Eduardo e Fernando Parrillo, donos do plano de saúde Prevent Senior. Também integra o dono do grupo Guararapes (Riachuelo) e quase

candidato à Presidência da República em 2018, Flávio Rocha, bem como os empresários donos da Grendene, Pedro e Alexandre Grendene.

O patriarca da família Menin, Rubens Menin, e seus filhos, donos da MRV, do Banco Inter e da CNN Brasil, entre outras empresas, também têm dinheiro em paraísos fiscais ao redor do planeta, assim como o dono da Rede D’Or, Paulo Junqueira Moll. Todos eles afirmaram ter declarado às autoridades brasileiras que são proprietários de offshores. •



## VÉIO DA HAVAN SONEGA TRIBUTO AO GOVERNO

Investigado por financiar disparo de fake news, o empresário bolsonarista Luciano Hang se define como “patriota que luta pelo Brasil” em sua conta no Instagram, mas esconde US\$ 112,6 milhões em um paraíso fiscal para não pagar impostos.

Dono de uma fortuna avaliada em R\$ 14,3 bilhões, segundo a revista Forbes, Hang é dono da rede varejista Havan e outros empreendimentos. Conhecido pelo figurino verde e amarelo, o empresário parece gostar mesmo é do verde-dólar.

Investigação do jornal espanhol *El País* nos arquivos do Pandora Papers, colaboração jornalística sob a organização do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ), revelou que o empresário manteve por quase 20 anos uma empresa em um paraíso fiscal, no valor de US\$ 112,6 milhões.

Por todo esse tempo, Hang não comunicou ao governo brasileiro sobre a existência da empresa, o que configura crime de sonegação fiscal. Os arquivos do Pandora Papers reúnem 11,9 milhões de documentos confidenciais de 14 sociedades de advogados do Caribe, Singapura, Hong Kong, Chipre, dentre outros paraísos fiscais ao redor do mundo. •



# MILIONÁRIOS DEVEM R\$ 16 BI EM IMPOSTOS

*Pandora Papers* indica que 65 dos maiores devedores de impostos do país mantêm empresas offshores em paraísos fiscais. No país campeão das desigualdades, o refúgio fiscal é usado por poderosos para esconder patrimônio ou dinheiro sujo

Os documentos do Pandora Papers mostram que 66 dos maiores devedores brasileiros de impostos, cujas dívidas somam R\$ 16,6 bilhões, mantêm offshores com milhões de dólares depositados em paraísos fiscais. Dentre eles, está o empresário Eike Batista e outros milionários cujos rostos são desconhecidos do público. Alguns são suspeitos de corrupção.

Offshores são empresas em paraísos fiscais, utilizadas pelos ricos do mundo para reduzir o pagamento de impostos ou proteger ativos que não têm origem comprovada. Estão localizadas em países com pouca transparência e fiscalização. Daí porque os ricos e poderosos as usam para ocultar patrimônio ou dinheiro sujo do crime e da corrupção. No Brasil, a legislação permite offshores, desde que declaradas à Receita Federal e, quando os ativos ultrapassam US\$ 1 milhão, ao Banco Central.

O site *Metrópoles*, que integra o Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos e trouxe à tona o Pandora Papers, selecionou os nomes de todos os devedores com débitos somados superiores a R\$ 20 milhões inscritos na Dívida Ativa da União.

**Eike Batista** – O empresário que chegou a ser a pessoa mais rica do Brasil tem hoje débito de R\$ 3,8 bilhões inscrito na Dívida Ativa. O nome dele está ligado a duas offshores, a Farcrest Investment e a



Green Caritas Trust. A Farcrest foi criada em abril de 2006. Na época, ele ainda estava longe do pico na sua carreira, em 2012, quando foi listado como o sexto homem mais rico do mundo.

**Claudio Rossi Zampini** – Empresário com em de ramos diversos em São Paulo, como a CRZ Telecomunicações e a Flamingo Táxi Aéreo, Zampini aparece direta ou indiretamente no quadro social de nove companhias. E tem débitos somados de R\$ 1,3 bilhão inscritos na Dívida Ativa da União. Ele é dono de três offshores criadas entre 2008 e 2011 nas Ilhas Virgens Britânicas; Lizza Properties, Encinita Holdings e Flamingo Jet Air.

**Jonathan Couto de Souza** – Cantor e influenciador digital, é dono da Clean Indústria e Comércio de Cigarros, na qual possui 21% do capital. Deve R\$ 1,2 bilhão à União e é dono da *offshore* Ranfed Investments. Criada em 2016, a empresa não consta na declaração de bens feita por Jonathan em 2020.



**Gustavo Amaral Rossi** – Dono de postos de combustíveis, tem R\$ 543 milhões inscritos na Dívida Ativa da União e foi alvo da Operação Rosa dos Ventos, da Polícia Federal, por sonegação de impostos e lavagem de dinheiro. É proprietário da *offshore* Infinity Inc, com sede nas Ilhas Seychelles.

**Alberto Davi Matone** – Fundador do Banco Matone, vendido para a J&F, dos irmãos Joesley e Wesley Baptista, em 2011, e mais tarde transformado no banco Original, tem dívidas com a União que totalizam R\$ 92,8 milhões. Matone criou em janeiro de 2013 a Northbush Associates, cujo único ativo é uma mansão em Coral Gables, cidade na Flórida, comprada por US\$ 1,8 milhão em junho de 2014.

**Mario Kenji Erie** – Empresário, dono das lojas de roupas Makenji, espalhadas no Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, foi uma das figuras centrais de uma investigação de corrupção da Polícia Federal, a Operação Alcatraz, de 2019. É suspeito de corrupção, lavagem de dinheiro e fraude em licitações. Tem duas offshores: a Flufnstuf Services e a MRKG Enterprises.



**Corina de Almeida Leite** – Dona da Cia. Agropecuária Monte Alegre, especializada em confinamento de gado e com diversos prêmios internacionais, e sócia da Adecoagro, empresa de Luxemburgo que é uma das maiores em atuação no agronegócio do Centro-Oeste, a empresária tem R\$ 27,4 milhões inscritos na Dívida Ativa da União. E mantém uma *offshore* nas Ilhas Virgens Britânicas desde 2006, a Etiel Societé Anonyme. •





# POR QUE ENVIAR DINHEIRO A PARAÍÇOS FISCAIS? ORA...

Refúgio dos ricos, esses países são procurados para ocultar patrimônio acumulado de forma ilícita por meio da corrupção. Ou para pagar menos impostos, reduzindo a capacidade dos países de origem dos poderosos para promover políticas públicas



Emílio Chernavsky

**N**o domingo, 3, graças à investigação jornalística internacional que divulgou os chamados



“Pandora Papers”, o Brasil soube que, entre outros, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, principais figuras do governo no comando da economia, têm empresas registradas em paraísos fiscais. Guedes, inclusive, aportou anos atrás quase US\$ 10 milhões em uma delas. Ele foi convocado pela Câmara dos Deputados para dar explicações sobre o tema.

Paraísos fiscais são Estados nacionais ou regiões autônomas nos quais as empresas instaladas são protegidas pelo sigilo sobre sua composição societária, titularidade de bens ou direitos ou operações realizadas e onde as alíquotas dos tributos são muito baixas. Com isso, atraem investidores de todo o mundo, que os procuram com o objetivo de pagar menos imposto do que pagariam nos países em que residem ou nos quais sua riqueza é gerada.

Os paraísos fiscais também são procurados para ocultar patrimônio acumulado de forma ilícita por meio da corrupção. Isso é usado pelo tráfico de drogas ou outros negócios ilegais. Há também quem queira, ainda, sonegar tributos. Quando o objetivo da aplicação no exterior é mais justificável, como nos casos em que se busca diversificar os investimentos ou se proteger da instabilidade política e econômica no país de origem, paraísos fiscais não são necessários.

Com suas baixas alíquotas tributárias, os paraísos fiscais beneficiam os poucos privilegiados, geralmente muito ricos, de quem recebem recursos, e contribuem para reduzir a arrecadação dos Estados nacio-

nais. Com isso, reduzem a capacidade de nações de investir e promover políticas públicas que melhorem a vida da população.

Ao zelar pelo sigilo e pela opacidade sobre a origem e as atividades das empresas, os paraísos

fiscais facilitam o financiamento de atividades ilegais que espalham pobreza e violência ao redor do mundo. Ainda, ao concentrarem grande volume de recursos líquidos e manterem ampla flexibilidade e regulação frouxa sobre as transações, propiciam ataques especulativos que elevam a instabilidade financeira global, o que atinge em especial as economias em desenvolvimento. Os paraísos fiscais são, assim, fortemente prejudiciais ao desenvolvimento econômico e social. Por isso, não surpreende que as críticas a seu papel sejam cada vez mais comuns.

Diante disso, é pertinente perguntar: por que razão os hoje funcionários do alto escalão do governo do Brasil teriam decidido criar empresas e transferir recursos para paraísos fiscais e por lá mantê-los

## UMA QUESTÃO: PAULO GUEDES E CAMPOS NETO PRECISAM ESCLARECER POR QUE MANTÊM RECURSOS EM REFÚGIOS FISCAIS. QUAL O MOTIVO?

mesmo após assumirem seus cargos atuais?

Teria sido para pagarem impostos mais baixos que a maioria absoluta dos brasileiros, que não têm como fazer o mesmo que eles? Ou seja, para dar uma contribuição menor que a por eles devida para o custeio das atividades estatais que atendem a toda a população? Ou porque teriam algo a esconder sobre a origem desses recursos?

Em suas declarações após a revelação da propriedade das empresas, nenhum dos funcionários sugeriu qualquer indício de resposta para essa questão chave. Em seu lugar, têm preferido defender a legalidade da situação, que, inclusive, teria sido comunicada às autoridades competentes.

Contudo, mesmo em relação a isso, as dúvidas persistem e exemplos de conflito de interesses que as alimentam têm sido apontados. Difícilmente elas serão dirimidas apenas com novos pronunciamentos.

Somente a apresentação das partes pertinentes das declarações de rendimentos entregues à Receita Federal antes de assumirem suas funções, bem como das duas declarações apresentadas desde então, poderá comprovar que suas evoluções patrimoniais no exterior foram devidamente declaradas. Ainda precisam mostrar que não se beneficiaram de decisões tomadas por eles próprios no governo.

Se isso nada diz sobre as razões que motivaram o uso da nefasta figura dos paraísos fiscais, ao menos dissiparia suspeitas de que tenham omitido informações ou cometido ilegalidades no governo para aumentar seu patrimônio. É fundamental que não paire esse tipo de dúvida sobre funcionários com responsabilidades tão elevadas. Eliminá-las, se infundadas, está em suas mãos. •

Mestre e doutor em economia pela USP, é especialista em políticas públicas e gestão governamental no Governo Federal.

# ORÇAMENTO



**CHATEADO** O ministro Marcos Pontes não sabia da sugestão de Guedes

## GOVERNO CORTA R\$ 600 MI DA CIENCIA E TECNOLOGIA

A pedido do Ministério da Economia, Congresso redistribuiu recursos do MCTI. Mudança afeta duramente as bolsas do CNPq e mina a pesquisa científica nacional

**N**o mais escandaloso ataque à área de ciências e tecnologia, o Congresso Nacional aprovou na quinta, 7, sob protestos da oposição, um projeto que retira R\$ 600 milhões de recursos previstos para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), destinando a verba para uso em outras áreas do governo. O projeto atendeu a um pedido do ministro da Economia, Paulo Guedes. Em agosto, o Ministério da Economia encaminhou ao Congresso o projeto que abriu crédito suplementar de R\$ 690 milhões integralmente para o MCTI.

“É um golpe duro na ciência e na inovação, que prejudica o desenvolvimento nacional”, afirmam entidades científicas que denun-

ciaram a manobra, descrita como uma afronta à comunidade científica, ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Assina a nota a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento.

“O desgoverno federal quer cortar recursos de trabalhos e pesquisas científicas que já estão em andamento. Isso é um duro golpe para a ciência brasileira”, criticou o líder da Minoria no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN). “É sabotar o desenvolvimento nacional e flertar com a manobra negacionista. Não vamos aceitar”.

Integrante da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara, o deputado federal Nilto Tatto (PT-SP), também reagiu à manobra. Ele disse que qualquer investimento na geração de conhecimento no Brasil assusta Bolsonaro. “É uma op-

ção política e ideológica por não priorizar investimentos em ciência e tecnologia”, denuncia.

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marcos Pontes, afirmou ter sido “pego de surpresa” e ficado “muito chateado” com a aprovação do projeto de lei que retira dinheiro da ciência. Aparentemente, foi atropelado por Paulo Guedes. Na quinta-feira, o ministro da Economia enviou ofício à Comissão de Orçamento do Congresso dizendo que o governo decidiu dividir os recursos.

O MCTI receberá apenas R\$ 89,8 milhões. Os recursos específicos para projetos de ciência e tecnologia, que seriam R\$ 655,4 milhões, tiveram redução de quase 99% e caíram para R\$ 7,2 milhões. A produção de radiofármacos, que também fica sob a guarda do MCTI, receberia um reforço de R\$ 34,5 milhões. O valor mais que dobrou e chegou a R\$ 82,5 milhões.

Com a autorização do Congresso, parte do recurso também será redistribuída a outras cinco pastas. O Ministério do Desenvolvimento Regional receberá R\$ 150 milhões para ações de proteção em áreas de risco. Outros R\$ 100 milhões serão para integralizar cotas de moradia do Fundo de Arrendamento Residencial e R\$ 2,2 milhões vão para obras de infraestrutura hídrica.

O Ministério da Educação vai receber R\$ 107 milhões, para a concessão de bolsas de estudo no ensino superior e R\$ 5 milhões para o desenvolvimento da educação básica. O Ministério da Saúde vai ficar com R\$ 50 milhões para saneamento básico. O Ministério das Comunicações receberá R\$ 100 milhões para apoio a projetos de inclusão digital. Outros R\$ 58 milhões serão para o Ministério da Agricultura, e R\$ 28 milhões para o Ministério da Cidadania. •



**ESTADO** Lula defendeu maior atuação do governo para reduzir a miséria

## LULA: “SÓ ESTADO FORTE ACABA COM A MISÉRIA”

Ex-presidente diz que é hora de voltar a cuidar do povo: “Não se fala mais em distribuição de renda no país”. E defendeu Estado como indutor do desenvolvimento

**O** Brasil não suporta mais os desmandos do Palácio do Planalto e do Ministério da Economia. A falta de ação do governo devastou empregos e empurrou milhões de brasileiros para a extrema pobreza e a fome. Na sexta-feira, 8, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um balanço de sua agenda de encontros e reuniões em Brasília e falou dos desafios de reconstrução do Estado brasileiro, demolido por Jair Bolsonaro e Paulo Guedes. “Quero um Estado forte, porque só um Estado forte é capaz de acabar com a miséria nesse país”, disse.

Para colocar o país novamente no rumo da prosperidade, insiste Lula, é preciso devolver ao Estado o papel de indutor do desenvolvimento, por meio de políticas de

fomento econômico e atração de investimentos. “Quero um Estado capaz de melhorar o SUS, que era tripudiado antes da pandemia, e agora é endeusado por quem tripudiava. O SUS é uma coisa extraordinária. Não quero um Estado empresarial mas com força para ser o indutor do desenvolvimento”, apontou o ex-presidente. Segundo Lula, é preciso um Estado que cuide das pessoas. “É esse Estado socialmente justo que quero para esse país”, defendeu.

Ele reconheceu que os desafios do país em 2023 são maiores do que quando assumiu a Presidência há quase 20 anos mas insistiu que é hora de olhar para a frente e criar novas oportunidades para o futuro. “Quando deixei a Presidência, jamais imaginei que o Brasil ficaria pior do que deixei. Não esperava que o Brasil voltasse ao

Mapa da Fome, era um motivo de orgulho termos saído”, desabafou.

Lula lembrou, no entanto, que o partido fez muito pelo país nos 13 anos em que governou o Brasil. Os resultados econômicos do PT falam por si, argumentou Lula, mas é possível fazer muito mais. “O legado que deixei nesse país vale por 500 cartas ao povo brasileiro”, comparou, ao responder se faria uma nova versão do documento apresentado à sociedade nas eleições de 2002. “Nós pegamos esse país com U\$ 30 milhões de dívida ao FMI, 12% de inflação, 12 milhões de desempregados e o [Pedro] Malan, que era um bom homem, tinha de ir todo final ano até Washington buscar dinheiro para fechar o caixa no Brasil”.

“Começamos a governar, todos os economistas diziam que o país iria quebrar. Nós consertamos a economia: trouxemos a inflação para 4,5%, geramos 20 milhões de empregos, tivemos superávit primário durante todo o governo, pagamos a dívida ao FMI, emprestamos US\$ 10 bilhões ao FMI e ainda deixamos US\$ 370 bilhões em reservas, que é o que está salvando hoje o Brasil”, ressaltou.

Lula observou que a incompetência de Bolsonaro destruiu o poder de compra do trabalhador ao permitir a volta da inflação e o descontrole absoluto dos preços de itens essenciais ao povo brasileiro, como os alimentos, o combustível e o gás de cozinha.

“A gasolina já subiu 39%, o óleo diesel, 33%. Sem nenhuma necessidade. O Brasil tem refinarias”, disse, ao criticar a política de dolarização dos combustíveis. “A Petrobras tem uma direção mais importante do que o presidente. Se Bolsonaro não tem coragem de governar, de dizer ao almirante que está lá que não vai aumentar, significa que o Brasil precisa de um novo presidente”. • **Agência PT**



# AO LIBÉRATION. O POVO ACABARÁ COM A ERA DE INCERTEZAS

Em entrevista ao diário francês, Lula diz que o Brasil vai superar o momento de crise econômica, social e política. E Bolsonaro será derrotado nas urnas em 2022

Em entrevista ao jornal francês *Libération*, publicada na quinta, 7, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva demonstrou confiança de que o povo brasileiro fará com que o país supere o momento de crise econômica, social e política. Ele também avalia que será a população brasileira quem vai por fim aos arroubos antidemocráticos de Jair Bolsonaro. “Estou certo que o povo brasileiro se encarregará de acabar com esta era de incertezas para restaurar a plenitude democrática”, disse.

A capa da edição impressa do jornal, um dos mais influentes da França, é ocupada por uma grande foto de Lula ao lado da frase “Bolsonaro vai perder”. “Estou convencido da capacidade de nossas instituições. O Bolsonaro perderá e deixará o poder, como deve ser. Então, sem dúvida, ele terá que responder aos tribunais por seus atos arbitrários”, diz Lula.

O ex-presidente afirmou que Bolsonaro “não está em posição de desferir um golpe” e não tem credibilidade junto aos brasileiros

por “incapacidade política e psicológica”. “Bolsonaro não é uma pessoa civilizada. Ele não gosta de pobres, nem de indígenas, nem de mulheres, nem de LGBT, nem de sindicatos, nem de democracia”, denuncia.

Ao longo da entrevista, Lula comentou o êxito de uma das políticas adotadas por seu governo de maior repercussão internacional: o Bolsa Família. “Não foi fácil implantar o Bolsa Família. Nos acusavam de criar vagabundos que não iam querer mais trabalhar”, lembra. “As críticas terminaram com o reconhecimento internacional desta política redistributiva, adotada depois por vários países pobres”.

Ele afirmou que as contrapartidas exigidas dos beneficiários – crianças vacinadas e matriculadas na escola – foram a chave do sucesso do programa. “O Bolsa Família era para ser uma medida de transição até a erradicação da miséria. Mas dado o rumo das coisas, e não só no Brasil, acho que mais cedo ou mais tarde teremos que adotar uma renda universal

para aqueles que a nova economia expulsou do mercado de trabalho”.

Questionado sobre os anúncios do governo federal de mudanças nos valores do benefício com vistas a ganhar popularidade eleitoral, Lula diz que isso não enganará ninguém. “Como fui eu quem criou o Bolsa Família, o presidente quer mudar o nome do programa na esperança de convencer as pessoas a votar nele. Mas o povo é inteligente e não vai se deixar enganar”.

Questionado sobre o atual momento da política externa brasileira, Lula lembrou que o país sempre manteve uma forte tradição na diplomacia, que Bolsonaro “jogou no lixo”. “Tendo olhos apenas para Trump, ele falou mal da China, Rússia, Argentina, Bolívia, Chile ... Ele até ofendeu pessoalmente Brigitte Macron [primeira-dama francesa]”, lembrou o ex-presidente. Para Lula, a reconstrução da imagem do Brasil no exterior é um dos desafios para quem vier a governar o país. •





ELEIÇÕES 2022

GLOBONEWS DEBATE: AS ESQUERDAS NO BRASIL

g R CRIANÇAS ■ USP RETOMA HOJE AULAS PRESENCIAIS PARA ESTUDANTES VACINADOS ■ GOV 09:43

ALERTA Gleisi reiterou que Dilma foi vítima de um Golpe de Estado em 2016

# NA GLOBONEWS, GLEISI REAFIRMA IMPEACHMENT

Presidenta do PT diz em alto e bom som que o PT não quer “sangrar Bolsonaro” e que só com saída do presidente será possível reconstruir o país. “Precisamos do apoio do centro e da centro-direita para tirar esse governo de onde está”, lembra

pela primeira vez em muitos anos, desde o Golpe de 2016, um dirigente da Executiva Nacional do PT participou de um painel da Globonews para discutir a conjuntura política e apontar saídas para a crise nacional. Ao lado do coordenador do MTST, Guilherme Boulos, e do deputado federal Marcelo Freixo, a presidenta nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), reiterou o compromisso das esquerdas com o impeachment de Jair Bolsonaro e negou que seja intenção da legenda deixar o atual presidente sangrar.

“O grande desafio é construir um caminho para resolver os problemas do povo. O problema da fome que assola este país, da carestia, da inflação que voltou ao Brasil e depois de 21 anos estamos novamente com inflação de dois dígitos”, lembrou. “Resol-

ver o problema do desemprego. E para isso o que precisamos é tirar Bolsonaro de onde ele está”.

Ela comentou que existem mais de 120 processos de impeachment no Congresso Nacional e o PT é signatário de pelo menos cinco dos requerimentos apresentados. “Desde 2019 temos colocado em todas as resoluções de nosso partido que só a saída de Bolsonaro vai resolver o problema do povo brasileiro”, lembra. “Por isso a nossa ação é para tirar Bolsonaro. Queremos que o impeachment aconteça”, reiterou.

“O PT não acha que sangrar Bolsonaro é a melhor forma, não. Aliás Bolsonaro é quem está sangrando o Brasil. Enquanto ele estiver sentado naquela cadeira não teremos solução para crise”, defendeu a parlamentar. Ela comentou que as manifestações de 2 de Outubro foram importantes,

com atos realizados em 300 cidades no Brasil. “A manifestação de São Paulo foi grande, a do Rio de Janeiro, de Fortaleza, de várias capitais, mostrando que o povo brasileiro não quer que esse governo continue”, disse.

Gleisi disse que Bolsonaro cometeu diversos crimes de responsabilidade e crimes comuns. “Por muito menos tiraram a Dilma, que foi um golpe, que aliás trouxe toda essa desestabilização que estamos vivendo”, destacou.

Ela criticou a política de desmonte da Petrobrás e disse que a divisão dos lucros da Petrobras, e dividendos, com os acionistas privados é um escândalo. “Colocam a gasolina a R\$ 7, o diesel a quase R\$ 5, o gás a R\$ 100 e aí distribui lucros de mais de R\$ 50 bilhões para acionistas privados em cima da dor do povo brasileiro?”, criticou.

“A Petrobras foi construída com o suor e o esforço do povo brasileiro, como empresa pública”, lembrou. “Depois abriu seu capital e agora está servindo para abastecer os interesses de acionistas privados. Por que que o povo tem que pagar uma gasolina tão cara se hoje somos um dos maiores produtores de petróleo do mundo?”.

Gleisi criticou ainda a política de preços da estatal, por estabelecer de paridade com mercado internacional. “Por que vendemos nossas refinarias, por que depois de tirarem a Dilma começamos a importar gasolina dos Estados Unidos, se podíamos fazer o refino aqui?”, indagou. “É isso que temos que combater, uma empresa pública precisa ter uma função pública, mesmo que ela seja de economia mista como a Petrobrás”. •



**CRIMES** Renan Calheiros promete um relatório final duro contra autoridades

## PRESIDENTE INDICIADO COM FILHOS

Relatório da CPI vai apontar crimes de Bolsonaro e de pelo menos dois de seus filhos: o vereador Carlos e o deputado federal Eduardo. Renan disse que vai indicar ainda outras autoridades do governo federal

A CPI da Covid se encaminha para o seu final até a próxima semana. O senador Renan Calheiros (MDB-AL) anunciou que pretende concluir seu relatório final no dia 15 de outubro e só então vai receber contribuições dos outros integrantes da CPI. Ele antecipou que pedirá o indiciamento do presidente Jair Bolsonaro e de assessores, além de dois dos filhos do ex-capitão: o deputado federal Eduardo Bolsonaro e o filho Carlos Bolsonaro.

A previsão é de que o relatório final será apresentado para leitura no dia 19 de outubro e será submetido à votação no plenário da comissão no dia 20. Renan antecipou que usará os tipos penais indicados por vários juristas com base nos fatos investigados pela CPI.

Bolsonaro, ministros e autoridades que tiveram participação efetiva no gabinete paralelo, no gabinete do ódio e todos aqueles que tiveram responsabilidade no desvio de dinheiro público e da roubalheira serão indiciados.

“Então, essas pessoas serão responsabilizadas e nós utilizaremos tipos penais do crime comum, do crime de responsabilidade, do crime contra a vida, do crime contra a humanidade”, apontou. “Estamos avaliando com relação a indígenas a utilização dos genocídios”.

Na quarta-feira, 6, o relator da CPI anunciou a inclusão de mais quatro investigados pela comissão. Os novos alvos da CPI são Marcos Tolentino, Danilo Trento, Otávio Fakhoury e Allan dos Santos. Renan afirmou que com a inclusão desses nomes já são 36 pessoas investigadas pela CPI.

A CPI anunciou que tomará no dia 18 de outubro, pela terceira vez, um novo depoimento do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Os senadores vão questioná-lo sobre a retirada de pauta da análise do uso da cloroquina. Também querem saber da suspensão temporária de vacinação para adolescentes e ainda os planos do governo para a manutenção da campanha de vacinação em 2022. •

## DESMONTE DA ANS AGRAVOU PANDEMIA

O desmonte do Estado brasileiro promovido por Jair Bolsonaro assumiu contornos dramáticos durante a pandemia de Covid-19, com a realização de experimentos macabros como a indicação do chamado kit covid, composto de medicamentos sem eficácia para combater a doença.

Na quarta-feira, 6, a CPI da Covid examinou as responsabilidades do diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Paulo Rebello, no plano de Bolsonaro de promover a imunidade de rebanho. Isso acelerou a contaminação e as mortes pela doença no país. O foco dos trabalhos foi a falta de fiscalização, por parte da agência reguladora, no controle das atividades da operadora de saúde Prevent Senior, que por suas práticas negacionistas, agravou o estado de saúde de pacientes idosos, contribuindo inclusive para a morte de alguns usuários.

Além da prescrição de drogas perigosas para a saúde, a Prevent Senior é acusada de adulterar atestados de óbito para esconder nomes de pacientes mortos por Covid-19. À CPI, Rebello afirmou que somente soube das denúncias sobre a Prevent, de conhecimento amplo do público desde abril de 2021, por causa da CPI. Ele foi desmentido pela comissão.

O senador Humberto Costa (PT-PE) mencionou as denúncias contra a operadora feitas ainda no ano passado. Ele achou estranho que o diretor tenha declarado não saber do escândalo envolvendo a Prevent Senior em 2020, quando a imprensa deu cobertura ao elevado número de casos e mortes registrados nas instalações da operadora. •





**PREÇOS EM ALTA** Cartazes de protesto contra o aumento dos preços de produtos na Avenida Paulista, em São Paulo

# PROTESTO: TÁ TUDO CARO? A CULPA É DO BOLSONARO

Os problemas que afligem o povo, como carestia, auxílio emergencial e aumento do desemprego, deram o tom dos atos populares do último dia 2 de outubro. O país está atolado na crise

Danilo Molina

**A**s cerca de 700 mil pessoas que tomaram as ruas no Brasil e no exterior contra o presidente Jair Bolsonaro, no sábado, 2 de outubro, colocaram a pauta do povo no centro da disputa política. É verdade que palavras de ordem contra a condução do governo federal na pandemia, que já vitimou mais de 600 mil brasileiros, estiveram presentes. Mas, o grande recado

das manifestações foi o de que o povo não aguenta mais o desemprego, o aumento dos preços e a volta da miséria, da desigualdade e da fome.

O mote do “Bolsocaró”, que vai colando na imagem do presidente, é um péssimo sinal para o governo, que perde apoio popular a cada nova pesquisa de opinião divulgada. Também demonstra o esgotamento da política econômica ultraliberal de Paulo Guedes, com a qual Bolsonaro parece não ter condições de romper. Na pesquisa Quæst

divulgada na última semana, o governo bateu recorde de avaliação negativa: 53%. E Bolsonaro atingiu a pior marca de avaliação positiva – 20%.

Essa mesma pesquisa apontou que a economia é principal problema do país para 44% dos entrevistados, sendo que 69% acreditam que a situação piorou no último ano. Além disso, 29% dos consultados consideram Bolsonaro totalmente responsável pelo desastre econômico e outros 25% apontam o ex-capitão como muito responsável pelo problema.



Foto: Roberto Parizotti

A indignação popular com a catástrofe social e econômica do governo Bolsonaro é comprovada pelos diversos indicadores do país. Sobre a volta da fome, no final de 2021, 116,8 milhões de pessoas estavam em condições de insegurança alimentar e 19,1 milhões passavam fome. Isso, em um cenário em que 2,2 milhões de famílias estão na fila de espera do Bolsa Família.

No Brasil de Bolsonaro, o desemprego assola mais de 20 milhões de pessoas. São 14,4 milhões de desocupados, 5,6 milhões de desalentados e 32,2 milhões de subutilizados, com o PIB patinando e registrando recuo de -0,1% no 2º trimestre deste ano. Para o próximo ano, não há sinais de melhora. Pelo contrário, a desigualdade tende a aumentar.

A inflação, especialmente sobre a vida dos mais pobres, é outro problema. Os aluguéis, por exemplo, foram majorados em até 31% para contratos com reajuste anual, em razão da indexação ao IGP. A situação dos preços dos alimentos, dos combustíveis e da energia elétrica é crítica.

## ALIMENTOS

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), referente às famílias com rendimento de um a cinco salários mínimos – R\$

1,1 mil a R\$ 5,5 mil –, teve alta semelhante à do IPCA: 0,88% em agosto. Mas, no ano, o índice acumula alta de 5,94%. E, em 12 meses, de 10,42%. É muito acima dos 9,85% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Para essa faixa de renda, os produtos alimentícios subiram 1,29% em agosto, ficando acima do resultado de julho (0,66%).

A alimentação fora do domicílio (0,76%) também acelerou em relação a julho (0,14%), principalmente por conta do lanche (1,33%) e da refeição (0,57%). Todas as regiões metropolitanas registraram alta dos preços.

## COMBUSTÍVEIS

Dados desagregados obtidos pelo Dieese/FUP com base no IPCA mostram que, nos primeiros oito meses de 2021, a gasolina teve alta de 31,09%. No diesel, o aumento acumulado foi de 28,02%. O etanol também registrou altas sem precedentes: 62,26% em 12 meses, 40,75% no ano, e 4,50% em agosto.

A deterioração da renda dos trabalhadores vai mais além. O gás de cozinha teve alta recorde de 23,79% nos primeiros oito meses deste ano, acumulando em 12 meses, até agosto, 31,70%.

## A VOZ DO POVO

A alta do gás de cozinha, que já acumula este ano 23,79% desde janeiro, é um disparate. Ninguém aguenta mais o governo Bolsonaro

## ENERGIA ELÉTRICA

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), que é uma prévia da inflação oficial do país, avançou 0,89% na passagem de julho para agosto, enquanto a alta da energia elétrica foi de 5%.

No ano, enquanto o IPCA-15 acumulou alta de 5,81%, a alta acumulada nas contas de luz chegou a 16,07%, quase o triplo do índice geral. Já em 12 meses, a energia elétrica acumulou alta de 20,86%, mais que o dobro da inflação acumulada no período, que foi de 9,3%.

É evidente que apesar de estarem relacionados, em alguma medida, a causas externas, como o aumento do preço internacional das commodities, a estiagem, a variação cambial, entre outros, a disparada dos preços poderia ter sido minimizada por ações de governo Bolsonaro. Entretanto, o governo prefere apostar no aprofundamento da política neoliberal, que já está sendo revista e superada em democracias como a EUA (Plano Biden) e União Europeia (Next Generation).

Por isso, tudo o recado das ruas foi claro. O Brasil precisa avançar em um novo modelo de desenvolvimento justo, solidário e sustentável. E quem melhor representa essa esperança, de acordo com todas as pesquisas de opinião, é Lula. •





Foto: Sérgio Lima/AFP

**POVO NA RUA** Estudantes, trabalhadores e servidores públicos tomaram as ruas de Brasília em 2 de Outubro

# NOVOS ATOS SÃO CONVOCADOS PARA AS RUAS EM 15 DE NOVEMBRO

Organizações sociais e partidos da oposição promoverão no feriado da Proclamação da República mais atos e manifestações em todo o país pelo impeachment de Bolsonaro e em defesa da vida e do emprego. Ninguém aguenta mais o desgoverno

Os protestos de 2 de Outubro correram o Brasil e o mundo, mas os organizadores dos atos da Campanha “Fora, Bolsonaro” já começaram a articular a próxima manifestação, organizada para acontecer no feriado da Proclamação da República, em 15 de Novembro. A data foi citada em mais de um discurso de quem subiu no caminhão de som parado em frente ao Museu de Arte de São Paulo (Masp), na Avenida Paulista, no sábado.

As manifestações vêm num crescendo desde a primeira realizada ainda no primeiro semestre. Dessa última vez, 700 mil brasileiros tomaram as ruas em 300 cidades no Brasil e em 18 países para externar seu re-

púdio ao governo do ex-capitão do Exército. A promessa dos organizadores é ampliar a participação popular no feriado da República.

“Fizemos um grande 2 de outubro, mas já está apontado em nosso calendário o dia 15 de novembro”, anunciou o presidente da CUT, Sérgio Nobre. Ele explica que até lá o movimento sindical dialogará com a população sobre o momento dramático para o Brasil. Os organizadores dos protestos querem que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), pautar um dos mais de 130 pedidos de impeachment de Bolsonaro.

Nobre avalia que o povo irá novamente às ruas dizer que

não aguenta mais o desemprego, a fome, os altos preços de combustíveis e alimentos e protestar contra o negacionismo do presidente, responsável pela morte de mais de 600 mil pessoas pela Covid. No 2 de Outubro, os protestos também foram realizados contra a privatização dos Correios e a Proposta de Emenda à Constituição 32, a chamada Reforma Administrativa.

“Ou o povo vem para luta, ou os preços vão continuar aumentando. Trabalhadores têm que ter consciência de que um terço da população hoje está desempregada”, repetiu Nobre. “Se não derrubarmos o governo, o desemprego vai bater na porta, vai chegar a todos nós. É uma tragédia jamais vista”. •





# SOB BOLSONARO, INFLAÇÃO DISPARA E VAI A 10,25%

Índice de setembro é o maior desde o início do Plano Real e não há perspectivas de desaceleração. Presidente diz que alta do preços é um problema mundial e se recusa a fazer qualquer coisa

**A** política econômica do governo Bolsonaro, sob a batuta do ministro Paulo Guedes, conseguiu mais um feito: novo recorde de inflação. O índice oficial de inflação do país voltou a acelerar e alcançou 1,16% em setembro. É a maior taxa para o mês desde 1994, no governo FHC, quando a inflação foi a 1,53%, fase inicial do Plano Real. Os dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo foi divulgado na sexta-feira pelo IBGE.

Com a forte elevação, pressionado pela energia elétrica, o indicador quebrou a barreira dos dois dígitos no acumulado de 12 meses. Nesse intervalo, a alta chegou a 10,25%. Trata-se da maior variação do IPCA em 12

meses desde fevereiro de 2016 – 10,36%. À época, a economia amargava período de recessão.

Provocado pela imprensa, Jair Bolsonaro reagiu como de costume: eximiu-se de responsabilidade e culpou a alta de preços como “um problema mundial”. E, para variar, mentiu novamente: “O Brasil foi um dos países que menos sofreu com a pandemia”.

Apesar do discurso negacionista – uma característica da gestão do ex-capitão do Exército – as estatísticas mostram que o Brasil é um dos países do mundo onde os preços ao consumidor mais subiram este ano. A OCDE prevê inflação média mundial de 3,7% e, para o Brasil, uma alta de preços de 7,2%. No entanto, o próprio governo brasileiro tem uma estimativa mais pessimista e prevê a

inflação em 8,4% este ano.

No acumulado de 12 meses (10,25%), o IPCA é quase o dobro do teto da meta de inflação perseguida pelo BC (Banco Central). O teto é de 5,25% em 2021. O centro é de 3,75%. O acumulado deve perder algum fôlego nos últimos meses de 2021, devido a um efeito estatístico –houve repique nos preços de alimentos na reta final do ano passado. O cenário, contudo, está longe de tranquilizar analistas, consumidores e empresários.

A perspectiva é de IPCA em nível alto nos próximos meses, mesmo com a eventual desaceleração. O mercado financeiro projeta inflação de 8,51% ao final de 2021, indicou o boletim Focus, divulgado pelo Banco Central na segunda-feira, 4. •

# E A PETROBRAS? SOBE OS PREÇOS DE NOVO

Gasolina e gás de cozinha têm alta de tarifas de 7,2%. Política do governo joga preços de combustíveis na estratosfera. Bolsonaro diz que não pode fazer nada

No mesmo dia que o IBGE divulgou a inflação rompendo os 10% e o presidente Jair Bolsonaro se eximindo de comandar a Nação, a Petrobrás anunciou na sexta, 8, aumentos de 7,2% nos preços da gasolina e do gás de cozinha em suas refinarias. Desde janeiro, a gasolina ficou 30% mais cara no país. Ao consumidor, o litro do combustível deve superar esta semana a barreira dos R\$ 7.

Segundo a Petrobrás, o litro da gasolina vendida por suas refinarias passará de R\$ 2,78 para R\$ 2,98, um reajuste médio de R\$ 0,20. A empresa destacou que é o primeiro aumento em 58 dias. Na semana passada, a estatal subiu o preço do diesel em 8,9%, no primeiro reajuste depois de 85 dias.

Já o quilo do gás de cozinha passará de R\$ 3,60 para R\$ 3,86, alta de R\$ 0,26. Assim, os 13 quilos necessários para encher um botijão custarão na refinaria o equivalente a R\$ 50,15. Bolsonaro, mais uma vez, disse que não tem condições de tomar qualquer medida para evita a alta da carestia na vida do povo brasileiro.

“Temos aqui no Brasil aumento do preço de mantimentos, combustível. Ninguém faz isso porque quer. Eu não tenho poder sobre a Petrobrás”, disse. “Eu não tenho como numa canetada congelar preço de combustível. A gente teve experiência de congelamento, agora o Brasil é um dos países que menos sofreu na economia por ocasião da pandemia”, mentiu.

Segundo a Petrobrás, a alta re-



A estrela dos atos de 2 de outubro

flete “parte da elevação nos patamares internacionais de preços de petróleo, impactados pela oferta limitada frente ao crescimento da demanda mundial, e da taxa de câmbio, dado o fortalecimento do dólar em âmbito global”.

Em comunicados sobre os reajustes, a companhia defende que a variação dos preços é importante “para garantir que o mercado siga sendo suprido em bases econômicas e sem riscos de desabastecimento pelos diferentes atores responsáveis pelo atendimento às diversas regiões brasileiras”.

Os reajustes da gasolina e do diesel não compensariam a defasagem em relação ao mercado internacional, que estava em R\$ 0,52 por litro na semana passada, segundo projeções das importadoras de combustíveis. A tendência é que a estatal siga pressionada, já que as cotações internacionais do petróleo mantêm-se acima dos US\$ 80 por barril e o dólar permanece na casa dos R\$ 5,50. •

## VETO À LEI QUE DISTRIBUI ABSORVENTES

Em mais uma demonstração de desprezo às políticas sociais, o presidente Jair Bolsonaro vetou a distribuição gratuita de absorventes para mulheres de baixa renda e em situação de vulnerabilidade. A medida faz parte do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, projeto apresentado pela deputada federal Marília Arraes (PT-PE).

A iniciativa é inédita. É a primeira vez que o Brasil consegue aprovar uma legislação de combate à pobreza menstrual. “E o governo Bolsonaro segue atacando o direito das pessoas que menstruam, inclusive no direito à garantia de higiene íntima para um processo que é fisiológico”, lamentou a secretária nacional de mulheres do PT, Anne Moura.

Dados da ONU apontam que, no mundo, uma em cada dez meninas falta às aulas durante o período menstrual. No Brasil, o número é ainda maior: uma entre quatro estudantes já deixou de ir à escola por não ter absorventes.

Aprovado pelo Congresso em setembro, o projeto beneficia 5,6 milhões de mulheres em todo o país, entre estudantes de baixa renda matriculadas em escolas públicas, pessoas em situação de rua ou em situação de vulnerabilidade social extrema. A lei ainda beneficia presidiárias e mulheres recolhidas em unidades do sistema penal, além de pacientes internadas em unidades para cumprimento de medida socioeducativa. •





# A CRISE ASSOMBRA O PAÍS

**Pesquisas mostram que o povo sente as condições de vida se deteriorando por culpa de Bolsonaro. Há sensação de piora da situação econômica no último ano para 69% dos brasileiros, segundo o instituto de pesquisa Quaest**

**Matheus Tancredo Toledo \* e  
Juliana Nascimento \*\***

**A**s pesquisas de opinião pública divulgadas nas últimas semanas nos permitem averiguar a dimensão da crise econômica para os brasileiros. Ao analisar os dados econômicos no período pré-pandemia já era possível observar um cenário de preocupação. Especialmente, quando dados mostravam desemprego de 11,6 milhões em dezembro de 2019, taxa recorde de informalidade batendo em 41,1% desde 2016, inflação em 4,31% e o crescimento do PIB de 1,1% - com direito à inovação metodológica do ministro Paulo Guedes, em apresentar o "PIB privado" na esperança de acalmar os ânimos do mercado financeiro. Nem isso surtiu efeito.

A crise sanitária da Covid-19 deixou a economia nacional em situação de estagflação - inflação combinada com paralisia da atividade. Além de não apresentar crescimento, os preços aumentaram drasticamente. Mais da metade da inflação é resultado da disparada dos combustíveis, energia e carne. A taxa oficial chegou a 9,68%, segundo estudo do ISAE/FGV. Já o desemprego também aumentou e agora assola 14,4 milhões de brasileiros sem renda e poder de compra.

Pesquisa realizada pelo instituto Quaest em parceria com a Genial Investimentos, aponta que para 44% dos brasileiros, o principal problema do país é a economia. Houve um aumento de 12 pontos percentuais nesse número desde agosto de 2021 - e, consequentemente, o tema tornou-se o principal problema mencionado, à medida que saúde e pandemia diminuiu de 36% para 24% no mesmo período.

Os 44% são compostos por menções diretas à economia (19%), desemprego (15%) e inflação (9%). Os dados reforçam que os efeitos da gestão genocida da pandemia atingiram parcelas majoritárias da população, com morte e perda de renda. Mesmo caindo a percepção imediata de gravidade, ela continua na memória coletiva.

Segundo o instituto, há sensação de piora da situação econômica no último ano para 69% dos brasileiros. A expectativa é de melhora nos próximos 12 meses para 39% dos entrevistados, enquanto 34% esperam piora e 21% manutenção da situação - um total de 55% que preveem deterioração ou estagnação da situação econômica brasileira.

Em relação a emprego e renda, dois dados contrastantes entre si: 58% esperam que o país gerará emprego no próximo período, mas 62% esperam piora da inflação. Jair Bolsonaro (sem partido) é considerado o maior responsável pela situação econômica para 54% dos brasileiros, enquanto 25% veem pouca responsabilidade do presidente e 17%, nenhuma responsabilidade.

Fazendo uma breve retrospectiva sobre as expectativas dos agentes econômicos, muito se falava no início do colapso econômico e crise sanitária em uma recuperação econômica em "formato V". Estimava-se uma taxa de crescimento rápida e alta após forte queda desencadeada pelo pico da pandemia. A realidade, no entanto, tem nos mostrado que essa recuperação não se mostra sustentável quando olhamos os dados de crescimento acumulado do PIB de -0,01% para o 2º trimestre de 2021, divulgado pelo IBGE em setembro.

O Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos da Fundação Perseu Abramo (Noppe) apon-

ta que a base social da pirâmide sente de forma mais incisiva os efeitos da inflação, do desemprego e queda da renda - sem desprezar que os outros segmentos também percebiam tais problemas, mesmo que em escala menor. Desde então, outra nova pesquisa confirma a leitura de que há percepção generalizada sobre a crise.

De acordo com os dados divulgados pelo Ipespe, em levantamento feito em parceria com a XP Investimentos, 64% dos brasileiros veem a economia no caminho errado. A perspectiva é de aumento do endividamento para 35%, enquanto outros 32% esperam manutenção da situação atual - e 23% veem perspectiva de diminuição. Somente 25% afirmam ter recebido o auxílio emergencial na segunda rodada, enquanto 70% não receberam, pois ninguém no domicílio fazia parte do grupo de beneficiados. Em comparação, o instituto levantou em agosto de 2020 que 40% dos entrevistados haviam recebido o auxílio - e outros 55% não receberam por não ser ou não residir com algum beneficiário.

Os dados retratam um cenário de preocupação por parte dos brasileiros, tanto com o presente quanto com o futuro. A piora nas condições materiais atinge a base da pirâmide, como havíamos demonstrado, mas é sentida por todos: segundo o Datafolha, houve pelo menos dois terços de cada segmento de renda que reduziram o consumo de algum item alimentício - mesmo entre os mais ricos, encontramos um terço que reduziram o consumo de carne bovina desde o início do ano. •

\* Cientista político, com mestrado na PUC-SP, é analista do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo. \*\* Economista pela PUC-SP, é analista do Noppe da FPA.





# LEI PODE AVANÇAR NO COMBATE ÀS MENTIRAS

Projeto que trata de fake news é oportunidade do parlamento para garantir instrumentos de combate à desinformação. Proposta será apresentada na Câmara dos Deputados nesta semana. Expectativa é grande para reduzir os danos

**João Brant**

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), relator do projeto de lei sobre Fake News, deve



apresentar na próxima semana uma proposta de texto para o PL 2630, aprovado no Senado em 2020. Já é certo que o deputado fará propostas de alteração, que farão o texto voltar ao Senado. Entre os pontos centrais do texto

estão as regras gerais para moderação de conteúdo por parte das plataformas, as estratégias de combate a fake news nos aplicativos de mensagens e as regras específicas voltadas às contas de agentes políticos e órgãos da administração pública.

O projeto vem sendo debatido desde o ano passado na Câmara dos Deputados, depois de aprovado no Senado. Embora não seja - nem tenha como se tornar - um

projeto que dê conta de definir um marco regulatório amplo e compreensivo sobre redes sociais, o PL 2630 pode ampliar os instrumentos para combate às fake news e apontar responsabilidades a quem dissemina desinformação. Em um cenário em que redes sociais e aplicativos de mensagem seguem fundamentais para a disseminação de conteúdo desinformativo, a perspectiva de redução de danos é fundamental.

O projeto aprovado no Senado tem pontos reconhecidos como positivos, como as obrigações



amplas de transparências sobre as regras de funcionamento das redes sociais. Outros pontos são mais polêmicos, mesmo entre organizações e agentes políticos do campo progressista.

Em relação à moderação de conteúdos pelas redes sociais, o desafio é encontrar um equilíbrio entre viabilizar a remoção de conteúdo desinformativo por parte das plataformas e impedir que elas tenham poder absoluto sobre o debate público. No cenário atual, as plataformas agem pouco, ao permitir a distribuição indiscriminada de desinformação – lucrando com isso, inclusive –, e por vezes agem de forma arbitrária, ao remover conteúdo legal e legítimo, que deveria ser protegido.

Em um cenário ideal, a legislação deveria estabelecer parâmetros públicos que guiassem a definição das regras internas das plataformas, para evitar abusos ou leniência. A aplicação dessas normas seria feita em primeiro lugar pelas empresas, mas monitorada por um órgão regulador que sancionaria as plataformas significativas para o debate público quando sistematicamente deixassem de aplicar suas próprias regras ou de garantir os direitos dos usuários – sem que tivesse poder de atuar sobre casos individuais.

No atual contexto, porém, é impossível pensar um novo modelo regulatório, já que o Poder Executivo não é comprometido com o combate à desinformação. Ao contrário, o governo Bolsonaro faz uso sistemático de fake news como estratégia política.

Nesse cenário, o projeto deve garantir regras amplas de transparência e devido processo, que impeça ações discricionárias e não isonômicas por parte das plataformas na moderação de conteúdo. Em relação às contas de agentes políticos, é possível estabelecer garantias para evitar arbitrariedades por parte das plataformas, mas

eventual garantia maior deve vir acompanhada de maior responsabilidade, impedindo que as contas sejam usadas contra os princípios da administração pública.

Aplicativos de mensagem

A maior polêmica do projeto, contudo, é como combater a desinformação nos aplicativos de mensagens. O fato de aplicativos como WhatsApp e Telegram combinarem o caráter interpessoal com funcionalidades que permi-

## PLATAFORMAS AGEM POUCO, AO PERMITIREM DESINFORMAÇÃO, OU DE FORMA ARBITRÁRIA, AO REMOVEREM CONTEÚDO LEGAL E LEGÍTIMO

tem ampla viralização e comunicação de massa cria o desafio de, ao mesmo tempo, proteger a privacidade e os dados pessoais no caso da comunicação interpessoal e viabilizar a responsabilidade legal de quem faz disparo de mensagens ilícitas para viralizar ou atingir grande quantidade de usuários.

Nesse sentido, o projeto precisa buscar maneiras de equilibrar os direitos à liberdade de expressão – nas suas dimensões individual e coletiva –, proteção de dados e privacidade. A solução aprovada no texto aprovado no Senado, de-

finida no artigo 10, prevê o rastreamento da cadeia de mensagens para chegar ao remetente original no caso de mensagens virais. A solução busca equilibrar direitos, mas recebeu críticas de setores da sociedade civil que consideram que a medida é desequilibrada e ineficaz.

A tentativa de corrigir eventuais falhas no artigo 10 não deve dar espaço para medidas fracas e sem capacidade de enfrentar o problema. Ainda que não haja ‘bala de prata’ para acabar com a desinformação nos aplicativos de mensagens, é preciso atuar na direção de mitigar seus efeitos, reduzir danos e viabilizar a responsabilização legal dos que propagam conteúdo que afeta direitos individuais e coletivos.

O caminho mais promissor parece ser combinar a obrigação de que as plataformas garantam total sigilo ao conteúdo e aos metadados das mensagens interpessoais. E, ao mesmo tempo, viabilizem a responsabilização legal no caso de mensagens ilícitas que tenham atingido público amplo. Há várias maneiras de se fazer isso, mas o essencial é garantir o resultado, independentemente do método.

O projeto tem ainda outros pontos em aberto, como a definição de qual órgão será responsável por acompanhar sua implantação – pode ser um conselho ligado ao Congresso Nacional ou o próprio Comitê Gestor da Internet. São necessários também ajustes em partes trechos que estabelecem medidas muito rigorosas de identificação dos usuários. O fundamental é não perder a oportunidade para atacar o problema e reduzir danos, tenham eles com impacto eleitoral, ou sobre direitos individuais ou coletivos. •

Doutor em ciência política,  
é pesquisador em políticas de  
comunicação e cultura.  
Foi secretário-executivo do  
Ministério da Cultura (2015-16)  
no governo Dilma Rousseff

# COMO O PT SALVOU O BRASIL

Entre 1995 e 2002, a dívida externa brasileira dobrou, passando de 20,7% do PIB para 41,8% do PIB. E, durante os governos Lula e Dilma, caiu continuamente. Em 2011 era de apenas 12,07% do PIB, um patamar três vezes inferior ao observado em 2002

**Eduardo Fagnani \***  
**e Guilherme Mello \*\***

**E**ste é segundo artigo de uma série organizada para desconstruir, com fatos e números, a narrativa mentirosa segundo a qual a política econômica do PT teria “quebrado o Brasil”. Argumenta-se que esse enredo é parte de um movimento mais amplos orquestrado por representantes do poder econômico e seus economistas.

Também participam desse



esforço setores conservadores da mídia e do parlamento, dedicados a criminalizar politicamente o PT, e dar uma aparência justificável ao golpe jurídico, midiático e parlamentar que interrompeu, sem crime de responsabilidade, o mandato da presidenta legitimamente eleita Dilma Rousseff. Além, claro, para condenar de forma arbitrária e ilegal o ex-presidente Lula, visando impedir sua participação nas eleições presidenciais de 2018.

A realidade, largamente demonstrada por indicadores sociais

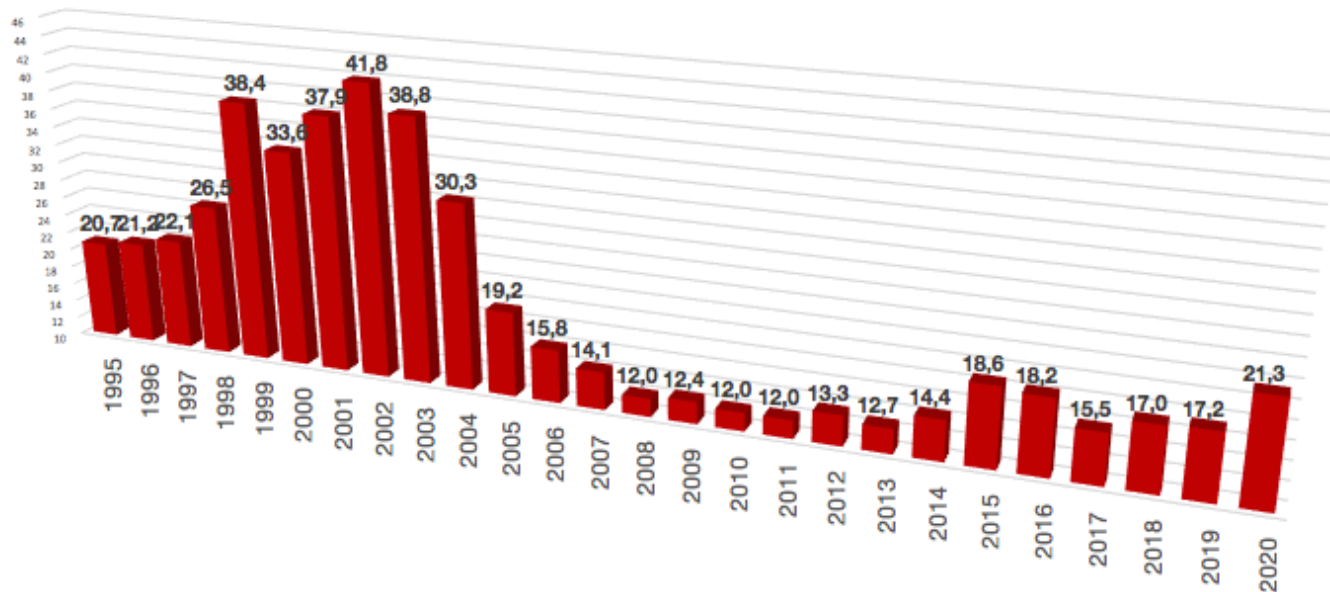
e econômicos, é outra. Aqui, neste artigo, vamos analisar o comportamento da dívida externa bruta, que não considera os ativos acumulados pelas reservas em moeda estrangeira, no período entre 1995 e 2020.

Note-se que, quando Lula assumiu a Presidência da República, em 2003, o Brasil era devedor do FMI, as reservas cambiais eram reduzidas, a dívida externa bruta chegava a 42% do PIB e o país tinha dificuldades de honrar os seus compromissos em moeda estrangeira. É fato que, entre 1995/2002, a dívida externa brasileira dobrou, passando de 20,7% do PIB para 41,8% do PIB.

Também nesse item o PT salvou o Brasil. Note-se que durante os governos petistas a dívida

# Dívida externa brasileira bruta/PIB (%)

Entre 1995 e 2020



Fonte: Banco Central do Brasil.

GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século 21, maio de 2012.

externa caiu de forma contínua, sendo que em 2011 era de apenas 12,07% do PIB, um patamar três vezes inferior ao observado em 2002. Mesmo em um momento de crise econômica e queda do PIB, como em 2015, a dívida externa bruta era de apenas 18,6% do PIB, um montante inferior ao verificado em 1995.

Atualmente, o Brasil atravessa

a maior crise socioeconômica da sua história. Com o golpe parlamentar, a agenda neoliberal retomada pelos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro tem provocado, uma vez mais, a progressiva destruição dos instrumentos de atuação do Estado, que se refletem no declínio dos indicadores sociais e na deterioração dos fundamentos macroeconômicos.

Reprodução

Isso também se percebe no comportamento da dívida externa bruta que, em 2020, atingiu 21,3% do PIB, quase o dobro do patamar verificado em 2011.

Dessa forma, também no caso da dívida externa bruta, os fatos demonstram a narrativa falaciosa utilizada pelos protagonistas da farsa do impeachment. Com base nos dados apresentados, cabe a pergunta: o Brasil estava quebrado em 2013/2015 ou em 2002?

Nos próximos artigos demonstraremos, com mais fatos e números, como o Brasil quebrou – pela segunda vez em menos de 4 anos – em 2002. Também mostraremos que o governo do Partido dos Trabalhadores salvou o país, pagando a dívida externa e acumulando reservas cambiais. E que o Brasil só não voltou a quebrar nos governos Temer e Bolsonaro por conta das reservas cambiais acumuladas pelos governos Lula e Dilma. •

\* Doutor em Economia pela Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CESIT-UNICAMP).

\*\*Professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON-UNICAMP)

**FOLHA DE S. PAULO**  
São Paulo, quarta-feira, 14 de dezembro de 2005  
DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO • UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL • ALAMEDA BARÃO DE LIMEIRA, 415 • ANO 85 • Nº 18.014 • R\$ 2,50

**Governo afirma que sucessos da política econômica permitem antecipação do pagamento; fato deve ser usado por Lula em ano eleitoral**

## País quita dívida de US\$ 15,5 bi com FMI

**Órgão europeu reúne indícios de prisões secretas da CIA**

Relatório do Conselho da Europa, principal entidade de defesa de direitos humanos do continente, afirma que há indícios suficientes que sustentam a acusação de que a CIA (agência de inteligência dos EUA) manteve prisões secretas na Europa e transportou detentos pelo continente. A CIA nega.

Segundo as acusações, suspeitos de terrorismo foram torturados nessas prisões.

De acordo com as investigações, os presos, detidos de forma ilegal, podem estar hoje no norte da África. Pág. A12

**EUA apontam novos abusos de presos no Iraque**

Zalmay Khalilzad, embaixador dos EUA no Iraque, anunciou que foram encontrados mais de cem detentos iraquianos vítimas de maus-tratos em duas prisões do país. Anteriormente, foi revelada a superlotação de outra prisão em Bagdá. Khalilzad chamou os incidentes de "inaceitáveis". Pág. A13

**POLÍCIA 'FANTASIA' MENOR PRESO**

Policiais da 38ª Delegacia de Polícia do Rio foram exonerados após um adolescente preso na zona norte, de bermuda e camiseta (acima), ser obrigado a vestir farda da PM para apresentação à imprensa (à dir.). O menor é acusado de participar de sequestro usando fotos, os policiais diáram a ele que, já que se faria passar por PM, deveria vestir a farda e segurar "direito" o fuzil. Pág. C7



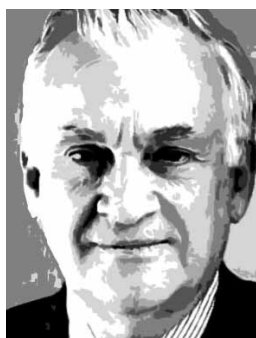


# FUNDAÇÕES PROMOVEM SEMINÁRIO CULTURA E DEMOCRACIA

Evento da FPA e FES nasce da urgência de pensar e propor caminhos para os desafios e impasses enfrentados pela sociedade na busca de respostas para as necessidades de justiça social e desenvolvimento sustentável

Juca Ferreira

**O** Brasil atravessa um momento de turbulência política e institucional marcado por retrocessos civilizacionais, ameaça autoritária, investida do ultra-neoliberalis-



mo sobre conquistas sociais, riquezas naturais e ativos econômicos do povo brasileiro.

Tragédias ambientais, a distopia e o pessimismo colocam dúvidas quanto à nossa capacidade de

sobreviver como sociedade e como nação livre e soberana.

A democracia brasileira, desde a Proclamação da República, é marcada por instabilidades. Golpes, tentativas de golpes, sempre a serviço das classes dominantes, vêm impedindo a consolidação de um sistema democrático apto a corrigir a gigantesca desigualdade e as mazelas nacionais.

O país não avança. Não aprimora a vida democrática e as

relações sociais. O impacto do golpismo é incomensurável.

As soluções para tantos problemas devem ultrapassar as disputas políticas e econômicas imediatas porque demandam reflexão, conhecimento e elaboração.

Precisamos compreender o que impede a estabilização e o aprofundamento da democracia para construirmos uma sociedade com igualdade de direitos para todos os brasileiros e brasileiras.

Essa construção passa pela cultura para enfrentarmos chagas históricas, como as perversões escravagistas e a herança colonial que ainda nos definem e nos limitam.

Temos que pensar a cultura como argamassa da coesão e da identidade nacional; como espaço que abriga e processa as identidades culturais, regionais, étnicas, etárias, de gênero e quantas houver; como espaço de comunicação e de ressignificação de visões sobre a vida coletiva.

A cultura é porta de entrada no século 21 e oportunidade de inserção soberana do Brasil no mundo. Precisamos construir uma cultura democrática, firmar um compromisso com a democracia, para a recomposição do pacto social rasgado no impeachment forjado da presidenta Dilma Rousseff.

A cultura deve compor a estratégia de emancipação e de superação dos impasses que vivemos. Pelos valores que agrega, por possibilitar uma visão generosa do mundo e da humanidade, por sua capacidade de promover diálogo, conhecimento, lucidez.

Os seminários Cultura e Democracia, promovidos pela Fundação Perseu Abramo e Friedrich-Ebert-Stiftung têm como ponto de partida nossa bagagem

histórica de práticas e teorias. Devemos analisar momentos culturalmente marcantes, como a Semana de Arte Moderna de 1922, às vésperas do seu centenário. É importante revisitar todo o nosso processo cultural e, particularmente, a experiência criativa das artes, as políticas de Getúlio Vargas e o trajeto desde o fim da ditadura militar até hoje.

O legado dos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores também será referência para reflexões e proposições, pois sua memória nos serve, não como culto a um passado idealizado, mas como experiência inédita de uma gestão que reconheceu o papel do Estado no desenvolvimento cultural e na democratização do acesso à cultura no Brasil.

Os seminários deverão acolher colaborações do universo intelectual, político e cultural que compõe a sociedade brasileira. Temos que promover um diálogo com enfrentamento de idéias e, ao mesmo tempo, reconhecer territórios comuns que sedimentem uma base coesa em torno da democracia, capaz de ajudar o país a se reencontrar e a superar a distopia. Neste processo é recomendável reconhecer enganos, limites, erros e omissões.

Devemos refletir sobre a guerra cultural como parte de um projeto global antidemocrático e antipopular da extrema-direita, que promove a corrosão da vida civilizada, da democracia e das ideias de justiça e igualdade.

Estas são linhas gerais para nos conduzir nos seminários. Certamente, novos temas e questões serão apontados e incorporados.

Sejam todos bem-vindos. •

Sociólogo, foi ministro da Cultura nos governos Lula e Dilma.

## DESMONTE NA SECRETARIA

O governo Bolsonaro demitiu na terça-feira, 5, um grupo de 174 pareceristas responsáveis por analisar os projetos culturais que buscam apoio da Lei Rouanet. “Estou chocado. A gente é que está com uma dificuldade imensa de se comunicar com o governo desde 2017”, afirma o artista Ravel Andrade. Ele atua como parecerista da Secretaria Especial da Cultura desde 2014. “Não respondem nossos emails, não atendem ligação”, lamenta.

Andrade diz que, em seu período de parecerista, a secretaria só enviou quatro demandas de análise de relatório de cumprimento de objeto. Ele afirma ainda que tentou entrar em contato com a secretaria após um problema envolvendo pagamento por seus serviços, mas não conseguiu solucionar o problema.

A gestora cultura Alexandra Lima, que também está entre os pareceristas descredenciados, diz que só ficou sabendo da dispensa por meio de um grupo de WhatsApp. “A justificativa apresentada é que tentaram entrar em contato com os pareceristas e não tiveram resposta. Isso não procede, pelo menos não da minha parte”, diz. Ela conta que é parecerista desde 2015 e que nunca foi enviado um projeto para análise.

Nas redes sociais, a diretora do departamento de fomento indireto da Secretaria Especial de Cultura, Flávia Faria Lima, afirmou que “o grupo de pareceristas que está sendo descredenciado é um grupo que não respondia aos chamados e estava prejudicando o setor”. •



Arquivo/CPDocJB

Iconographia/Memorial da Democracia



8 de outubro de 1967

## EXÉRCITO DA BOLÍVIA MATA CHE GUEVARA

Soldados do Exército boliviano, em ação conjunta com agentes da CIA, emboscam e capturam na Quebrada do Yuro, no altiplano boliviano, o revolucionário argentino Ernesto Che Guevara. Ele é levado em seguida ao povoado de La Higuera, onde seria assassinado por ordem direta do presidente René Barrientos.

Mais conhecido líder da revolução cubana depois de Fidel Castro, Guevara decidiu deixar o governo da ilha em 1965 para disseminar guerrilhas revolucionárias em países do Terceiro Mundo. Dirigiu-se com um grupo de cubanos ao Congo, na África, mas a tentativa de implantação do foco guerrilheiro terminou em completo fracasso. Com um conjunto muito reduzido, voltou-se então para a Bolívia, onde esperava receber apoio do Partido Comunista local, o que jamais ocorreu. A coluna terminou isolada entre indígenas, cujo idioma os guerrilheiros desconheciam.



13 de outubro de 1944

## A ESTREIA DO TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO

O Teatro Experimental do Negro (TEN) é fundado, no Rio de Janeiro, por iniciativa do professor Abdias Nascimento (1914-2011), com o apoio de amigos e intelectuais brasileiros. A companhia busca a conscientização e também a alfabetização do elenco, recrutado entre operários, empregadas domésticas, favelados sem profissão definida e modestos funcionários públi-

cos. Além disso, o TEN procura estimular a criação de textos relacionados à situação do negro. Em maio de 1945, encenam o espetáculo "O Imperador Jones", de Eugene O'Neill, que cedeu os direitos gratuitamente ao grupo. O espetáculo, dirigido por Abdias do Nascimento, apresentado no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, foi bastante elogiado pela crítica e público.



3 de outubro de 1968

## INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA VOLTA A CRESCER

O governo Lula lança o Programa de Modernização e Expansão da Frota Nacional de Petroleiros da Transpetro, subsidiária da Petrobrás. Com a compra de 49 novos petroleiros, o programa seria um dos impulsionadores da retomada da indústria naval nacional. Durante a década de 1970, a indústria naval brasileira alcançou o posto de segunda maior do mundo. Em meados dos anos 1980, o setor passou por um desmonte, em que os go-

vernos optaram por importar plataformas e navios.

A revitalização do setor naval ganhou força a partir de 2003, com a implementação da política de conteúdo local, responsável, nos anos seguintes, por injetar R\$ 17,8 bilhões na economia. Segundo essa política, de toda a infraestrutura utilizada na extração de petróleo no Brasil, 60% teriam de ser fabricados no país – percentual que aumentaria gradativamente, chegando a 75% em alguns casos.

12 de outubro de 1968

## QUEDA DE IBIÚNA: UNE VAI PARA A CADEIA

Durante a realização do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna, interior de São Paulo, mais de 900 estudantes são presos, entre eles os principais líderes

estudantis do país: Luís Travassos (UNE), Vladimir Palmeira e Franklin Martins (União Metropolitana dos Estudantes) e José Dirceu (União Estadual dos Estudantes), entre outros. Todos foram levados diretamente ao Dops. Os demais, recolhidos ao Presídio Tiradentes. Atuaram na repressão 250 soldados da Força Pública, apoiados por 80 agentes do Dops.

13 de outubro de 1978

## SAI AI-5, ENTRA LSN E ARBÍTRIO CONTINUA

O Congresso promulga a Emenda Constitucional 11, aprovada pela maioria governista, que revoga os atos institucionais da ditadura. O habeas corpus e outros direitos políticos são restaurados. Considerando a proposta limitada, o MDB nega-se a votá-la e boicota a sessão solene de promulgação. O fim do Ato Institucional 5 é fruto do avanço da luta democrática e coroa o projeto de “distensão lenta, gradativa e segura” de Ernesto Geisel. Mas, ao revogar o AI-5, o general estabeleceu uma nova Lei de Segurança Nacional (LSN), que mantém poderes arbitrários nas mãos da ditadura.

A Emenda 11, que entraria em vigor em 1º de janeiro de 1979, confere ao presidente o poder de decretar “medidas coercitivas emergenciais” – um Estado de Sítio circunscrito a uma determinada região. Esse instrumento seria usado contra trabalhadores do ABC, na greve de 1980, e contra a população de Brasília, na votação da Emenda das Diretas em 1984. Criou também o decurso de prazo para os decretos-leis do Executivo – se não fossem votados pelo Congresso em um prazo de 60 dias, esses decretos seriam considerados aprovados e transformados em lei.

*Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização. Envie suas sugestões por e-mail para [memoria@fpabramo.org.br](mailto:memoria@fpabramo.org.br)*

Visite o [memorialdademocracia.com.br](http://memorialdademocracia.com.br)



# 25 ANOS SEM RENATO RUSSO

Em outubro de 1996, o Brasil perdia o cantor carioca que fez de Brasília o retrato do período pós-ditadura e pilar de sua obra juvenil. Um retrato de indignação, paixão e inconformismo com a realidade brasileira



Por Olímpio Cruz Neto

**E**m 11 de outubro de 1996, o Brasil perdia Renato Russo, o maior compositor do rock brasileiro. Naquele dia, um dos mais irrequietos cantores e poetas do Brasil cerrava os olhos e entrava para a galeria de mitos do rock'n'roll, tornando-se referência constante para a juventude brasileira, ansiosa por sua poesia marcada pela ética e pelo amor. Renato, além de um excepcional letrista, foi um grande cantor e um artista complexo, em permanente estado de ebulição.

O jovem Renato Manfredini Júnior morreu, mas a gigantesca sombra do mito permanece. Para muitos, parece mesmo que ele jamais se foi. O culto à Legião Urbana e Renato continua crescendo há 25 anos à medida que seu trabalho ganha mais fãs e suas composições, novos intérpretes.

Poucas vezes, no rock brasileiro, um artista foi elevado à condição de semi-deus. Talvez apenas Raul Seixas. Os discos da carreira solo de Renato, bem como toda a obra da Legião, continuam em catálogo, vendendo sempre bem. Existem mais de 4,5 milhões de citações em páginas que mencionam ou destacam Renato Russo e à sua obra na internet. Muitas construídas pelos fãs. A fama, como se vê, só aumentou com o seu desaparecimento, uma regra na construção dos mitos do rock.

É bem verdade que essa fama e o status de “monstro” fez justiça a Renato, que foi construindo a carreira como um artesão, moldando sua personalidade artística com integridade e, sobretudo, ética. Ele sabia o que queria desde o início, quando, ainda moleque, sonhava montar uma banda de rock.

“Quem acredita, sempre alcança”, repetia em entrevistas no início da carreira e que acabou virando tema da música “Mais uma vez”,

gravada com o 14 Bis em 1986. Renato acreditou sempre em si mesmo e na força do seu trabalho. E, se existiu no país um rock com um discurso distante do banal e com forte conotação social e política, a juventude deve isso ao líder da Legião Urbana.

No final dos anos 70, quando o país já rumava para a reabertura política – lenta e gradual, como havia imposto o general Golbery do Couto e Silva, ex-chefe da Casa Civil do governo João Figueiredo –, Brasília também sofria com o

## EM BRASÍLIA, ANTES DA ANISTIA POLÍTICA, EM 1979, POUCO OU NADA HAVIA PARA OS FILHOS DA CLASSE MÉDIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

fato de estar à sombra do poder dos militares.

Antes da anistia política, em 1979, pouco ou nada havia para os garotos filhos da classe média que ocupava cargos na máquina pública. “Não havia o que fazer”, disse Renato, em entrevista concedida a Celso Araújo, em 1984.

Não havia mesmo. Quando Renato era pouco mais que um adolescente, aos 16 anos, adorava as grandes bandas de rock dos anos 60 e 70, além do poeta Bob Dylan, o que o levava a divagar, nas tar-

des secas de Brasília, como seria montar um grupo de rock. Tímido e desengonçado, o ainda imberbe Júnior pensava ser o líder de uma banda – 40th Street Second Band –, na qual participariam Jeff Beck, Mick Taylor e outras figuras lendárias do rock. Renato Manfredini Júnior era Eric Russel, o cantor.

Nascia ali, sem saber, o embrião da persona Renato Russo. Mas até aquele momento, só as paredes do quarto de Júnior, que morava com os pais num apartamento funcional do Banco do Brasil, na 303 Sul, sabiam da banda. Eram divagações e sonhos na mente juvenil do rapaz franzino que usava óculos e era desajeitado devido a uma doença que o mantivera paralisado, na infância, por quase dois anos.

Tudo vinha assim, sem muita pretensão até que, em 1977, eclodiu na Inglaterra o movimento punk. A revolta dos filhos da classe operária inglesa contra o establishment britânico e a pompa que cercava as lendas do rock. Aquilo foi o estalo para Renato Russo, que descobriu a existência e o nascimento do punk lendo as páginas da hoje extinta revista *Pop* – única publicação nacional que falava sobre rock na década de 70.

Era um cara muito bem informado para a sua idade. “Sabia um pouco menos que praticamente tudo sobre cinema e música americana e, aquilo que ele não sabia, tinha imaginação suficiente para inventar”, lembrava, em 1985, o jornalista Alcimar Ferreira, amigo de Renato nos tempos da *Cultura Inglesa* e com quem estudou na Faculdade de Jornalismo do Ceub. “O blefe era seu trunfo capital, que tornava exasperantes nossas muitas polêmicas pelos corredores do Ceub, a respeito sempre do mesmo tema: música”.

Verdadeira enciclopédia de rock – tinha centenas de discos em casa – Renato era capaz de citar, infinitamente, nomes de tro-



centas bandas, desde as óbvias até as mais obscuras. “Algumas eu tinha absoluta certeza de que não existiam, porque eu lia de maneira contumaz todas as revistas inglesas e americanas, que nunca citavam aqueles grupos de nomes geniais”, anotou Ferreira.

Ainda em 1979, um grupo de estudantes de Jornalismo, colegas de Renato no Ceub, se juntaram para lançar um livro de poemas, chamado “Sinal”. Ferreira lembrou, em texto escrito no *Jornal de Brasília*, seis anos depois: “O poema de Renato foi escrito num jato, um longo box verbal, uma pulsação ginsberguiana, um acerto artesanal com as palavras, ainda que faltasse a cirurgia, faca amolada”.

## ABORTO ELÉTRICO

Renato era um bom garoto, ainda adolescente. Inteligente e intuitivo, não parecia que se tornaria o cara com o discurso afiado visto em “Que País É Este?” ou “Conexão Amazônica”, marcas registradas da sua primeira banda: o Aborto Elétrico.

A mudança radical ocorreu em 1978 quando encontrou-se com Felipe Lemos. Fê era filho de professores universitários e tinha acabado de chegar de Londres, depois de uma estadia com os pais. Debaixo do braço, alguns discos de rock, quase os mesmos que seriam colocados por Renato para tocar numa festa, em que os dois se encontraram. Ficaram amigos.

“A gente não se desgrudava e o Renato ia na minha casa todos os dias”, lembrou o baterista do Aborto Elétrico e do Capital Inicial, em entrevista à *Showbizz*, em maio de 1997. Fê morava na Colina, o conjunto de prédios no campus da UnB, que passou a ser o centro do “movimento” punk de Brasília.

Ambos fizeram amizade com outros caras, que também se identificaram com os três acordes dos Ramones, Clash, Sex Pistols e

Comsat Angels. A Turma da Colina reunia Loro Jones e o irmão Geraldo Ribeiro (futuros integrantes da Blitx 64, depois Capital Inicial e Escola de Escândalo), André Müller e o irmão Bernardo (Plebe Rude e Escola), Gutje Woorthman (fundador da Blitx 64 e depois da Plebe), Bi Ribeiro (Paralamas) e muitos outros. No começo, não passavam de uns 20 moleques. Dedicavam suas horas a ouvir discos, promover festas, passear pelas quebradas de Brasília...

A primeira apresentação ocorreu muito tempo depois, em 1980,

## DEPOIS DO ABORTO ELÉTRICO, RENATO EXPERIMENTOU UMA FASE SOLITÁRIA COMO UM DYLAN DO CERRADO, ATÉ FORMAR A LEGIÃO URBANA

quando fizeram um show no Só Cana, o extinto bar localizado no Gilberto Salomão, no Lago Sul, bairro de classe média alta. Renato rememorou, muitos anos depois, o show, em entrevista a Sonia Maia, na *Bizz*, em abril de 1989:

“Nós fomos, levamos umas coisas, o Fê estava com caxumba, febre de 40 graus e, quando terminamos o set de cinco músicas, o pessoal reagiu com: Êhhhh! De novo! Porque brasileiro gosta muita de zona. Então, dá-lhe zona. Eles

não entenderam nada: todo mundo parado... Aí tocamos as cinco músicas de novo e, pelo que eu soube, a cidade inteira falou disso depois. Porque, primeiro, ninguém tinha ouvido falar de um grupo de música chegar e tocar de graça e ainda fazer aquele barulho. E o guitarrista loiro (Pretorius), sangrando a guitarra. O Aborto Elétrico era assim - Paaammm!!! E não era rápido - era lento, tipo (Sex) Pistols. Aí o que aconteceu, a cidade começou a falar. Nos colégios de classe média - Objetivo, Elefante Branco, Marista... - o comentário era: Você viu? Aqueles caras são maconheiros, bla blá blá...”

A banda estava no auge em Brasília quando uma briga entre Fê e Renato acabou com tudo. “Eu briguei com o Fê por causa da música ‘Química’”, disse Renato. “Nessa época estávamos super-sofisticados, ouvindo sei lá o quê - Joy Division, essas coisas e eu cheguei com aquela música: Não saco nada de química... E eles: Pô, Renato, você está atrasado...” Fê bateu pesado: “Você está perdendo seu jeito de fazer música”. Depois, reconheceu que errou: “Que bobagem minha! Hoje a música é um clássico”.

O fim do Aborto não levou Renato a desistir da música. Muito pelo contrário. Estava convencido que seu trabalho era bom. E era. Passou então a se apresentar sozinho, munido de um violão de 12 cordas, nos intervalos dos shows da Plebe e da Blitx 64. Uma espécie de Bob Dylan - uma de suas grandes influências - do cerrado. São dessa época “Faroeste Caboclo”, “Eduardo e Mônica”, “Eu Sei” e “Dado Viciado”. Philippe Seabra lembra que no intervalo dos shows das bandas, quando Renato subia ao palco para se apresentar, ele e a turma da Plebe perturbavam o “Trovador Solitário”. “Ficávamos jogando moedas”, conta.

“Eram baladas com uma história (começo, meio e fim) bem

diferentes do seu estilo junto ao Aborto Elétrico. Inevitavelmente, essa mudança começou a chamar atenção a atenção de pessoas menos ligadas - havia os que detestavam de verdade - ao movimento elétrico da cidade. Agora era possível compreender as letras das músicas, o que tinha sido impossível até então, devido a problemas com microfones e volume alto demais”, escreveu o próprio Renato num proto-release, em maio de 1982. Ele chegou a gravar algumas dessas composições numa fita k7, em que brincava de locutor de uma imaginária Rádio Brasília.



Arquivo Pessoal

**PUNKS** Legião Urbana, em 1983: nas canções, protestos, paixões e esperança

## LEGIÃO URBANA

Essa fase violão e voz durou até agosto daquele ano. Renato então resolveu montar uma nova banda. Encontrou-se com Marcelo Bonfá, baterista egresso do SLU - uma brincadeira com a sigla da companhia de lixo de Brasília, Serviço de Limpeza Urbana, e que tinha tido uma rápida passagem pelo grupo Dado e O Reino Animal -, numa festa organizada por André Müller. A idéia, segundo Renato, era montar um núcleo mínimo para a banda - baixo e bateria - e convidar guitarristas esporadicamente para tocar como convidados. A idéia em gestação, entretanto, não foi para frente. A banda, entretanto, já tinha nome: Legião Urbana.

Em abril, o grupo era uma das estrelas da chamada Temporada do Rock Brasiliense, realizado durante dois finais de semana no Teatro da Associação Brasileira de Odontologia (ABO). Além da Legião, apresentaram-se Plebe Rude, Capital Inicial e XXX, que depois geraria o Escola de Escândalo, e a Banda 69.

“Como havíamos alugado o teatro, ficamos ensaiando lá direto”, lembra Dado. “A gente era quase hardcore, mas como as melodias do Renato eram geniais, o resulta-

do acabou ficando bem satisfatório”. Usando um pijama como roupa, o novo guitarrista estreou na banda num teste de força, tendo em vista que sua guitarra quebrou logo depois das duas primeiras canções. Mas a banda não deixou cair a bola. Renato já era um grande entertainer, emendou uma jam com a platéia e fez bonito. “Viramos a zebra do páreo”, recorda Dado. “Nos saímos tão bem que a galera resolveu nos dar a maior força”. Na platéia, uns 50 gatos pingados assistiam ao show. “Tocamos sete músicas. Era mais um negócio de tocar para os amigos”.

Logo depois, uma matéria publicada na revista “Pipoca Moderna”, escrita por Hermano Vianna, irmão do líder dos Paralamas, chamou a atenção da imprensa nacional para o movimento brasiliense. “O cerrado contra-ataca”, escreveu. Em pouco tempo, graças aos Paralamas, que já gravado o primeiro compacto com a EMI e mandavam nos shows “Conexão Amazônica”, e “Química”, a Legião desceu para o eixo Rio-São Paulo para fazer apresentações.

No verão de 1984, junto com a Plebe e os Paralamas, além de outros grupos, participaram do 1º Fest Rock 84, mais uma vez no Circo Voador. A imprensa especializada cobriu o evento e mostrou-se

surpresa com a banda. O grupo tocara um dia antes no Rose Bom Bom, outra danceteria também de São Paulo, junto com a Plebe.

No início de 1985, a EMI lança Legião Urbana, com produção do jornalista José Emílio Rondeau, em meio ao Rock in Rio, que consagrou os Paralamas e incluiu o Brasil no roteiro das grandes bandas de rock americanas e inglesas. “É a única maneira de ver o seu produto bem divulgado, já que a produção independente, além de muito cara, atinge só a um público de elite”, definiu Renato, em entrevista a Wilma Lopes, publicada no Jornal de Brasília. “Há o lado negativo, mas este é contrabalançado pelas vantagens do lado positivo, que é bem maior. Com jeito, se faz muita coisa. Conseguimos fazer o disco como queríamos, desde a escolha da música até a capa e o encarte”.

O disco chegaria às lojas junto com o fim da ditadura militar e o início do processo de redemocratização do Brasil, que via nascer a Nova República. “A gente tem esperança que as coisas vão melhorar. É daqui de Brasília que vai surgir a garotada nova, com idéias novas, não só na música, mas no campo das artes em geral”, previa Renato. “Para o futuro, planejamos muita música, muitos agitos, muito trabalho e tudo de bom”. •



# JUÇARA MARÇAL E A AGONIA DO BRASIL PANDÊMICO

“Delta Estácio Blues”, segundo álbum solo da cantora e compositora que transita entre o samba, a vanguarda paulista e o rap, coloca a música brasileira em espaço multicultural e transnacional

Bia Abramo

As duas primeiras décadas do século 21 assistiram uma junção curiosa na música brasileira: a sempiterna MPB, aquela oriunda dos festivais dos anos 1960 + a Tropicália, em movimento de recuperação e renovação e uma jovem geração de bandas alimentadas e re-reverentes às diversas vertentes da MPB.

Esse cenário de uma música brasileira nova e diversa explodiu em shows pequenos de cidades grandes, em casas noturnas que perderam a vergonha de fazer discotecagens de música brasileira, retomando desde o samba-rock mais dançável esquecido dos anos 1970 até promovendo festas cujos DJs faziam das setlists uma viagem musical pelo Brasil.

Os anos 2000 viram uma efervescência na música brasileira comparável em termos de diversidade e qualidade aos anos 1960, mas, ao mesmo tempo, incomparável quanto aos seus modos de afirmação.

Nesse sentido, é uma música brasileira que reivindica sua herança negra com muito mais propriedade e vigor, sem precisar da chancela embranquecedora da bossa nova por exemplo. Da mesma maneira, a condição periférica da cultura brasileira, e o caráter multicultural e transnacional das diversas músicas brasileiras, também passa a ser menos atormentada ou necessitada de confirmação acadêmica, questões que tiraram parte das

possibilidades criativas da geração dos festivais em vários momentos entre os anos 1980 e 1990.

Juçara Marçal, fluminense de Duque de Caxias, residente em São Paulo desde a infância, é de uma geração intermediária. Aos 59 anos, lançou seu segundo álbum solo “Delta Estácio Blues” em 30 de setembro (disponível em todas as plataformas de streaming) sete anos depois da pancada de “Encarnado”.

Apesar da raiz óbvia no samba, a música de Juçara desafia quaisquer categorias. Em primeiro lugar, Juçara canta – e como canta essa mulher! –, mas compõe, arranja, escreve letras e trabalha em coletivos.

Sua parceria mais constante longa e constante é com o violonista Kiko Dinucci, mas ela já integrou o trio Metá Metá com Kiko e Thiago França, colaborou com Rodrigo Campos e Gui Amabis (Sambas do Absurdo, 2017) e faz vocais em discos de artistas como Elza Soares (A Mulher do Fim do Mundo, 2015, e Deus É Mulher, 2018) e Jards Macalé (Besta Fera, 2019).

Além disso, Juçara, que já trabalhou como professora de português e canto (formou-se em Jornalismo e Letras, na USP), tem erudição musical invejável, seja pela curiosidade com qual transita do samba carioca à chamada vanguarda paulista e ao rap como pela sua formação especificamente musical mesmo.

No final dos anos 1990, fez parte do projeto A Barca, que juntava músicos e compositores à trupe teatral Companhia do Latão que refez viagens pelo Brasil inspiradas pelas Missões de Pesquisa Folclórica do Mário de Andrade, para ouvir e aprender o que ainda havia desse repertório musical desde que o escritor enviou pesquisadores ao Norte e Nordeste do país em 1938.

Em “Delta Estácio Blues”, Juçara parece condensar toda essa trajetória nas suas 11 faixas, tão diferentes entre si e, no entanto, com sua voz grave, profunda e urgente a costurar todas as parcerias e participações.

A primeira canção que estreou nas redes, “Crash” é, até agora, a melhor e mais potente canção de 2021. Composição do rapper paulistano Rodrigo Ogi, com quem divide vocais, é um rap anguloso, agônico, enunciando a letra de protesto – “Ele veio lá da Calábria/ Seu braço é uma arma que tem alto calibre/ Mas só que agora eu assino a sua eutanásia/ A minha ira é um câncer que não te deixa livre” – e de disposição de luta – “Eu faço tudo pra não entrar numa guerra/ Mas se entrar não vou parar de guerrear/ Ninguém mandou você vir me aperrear/ Eu vou te madeirar!”. Junto com a “Ciranda do Aborto”, do Encarnado (2014), talvez seja a dupla de letras mais feministas de toda a história da música brasileira até agora. •

Venício A. de Lima

# PAULO FREIRE

A prática da  
liberdade,  
para além da  
alfabetização

O livro está disponível no site  
da Fundação Perseu Abramo  
[fpabramo.org.br](http://fpabramo.org.br)

autêntica



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores





# BRASIL: CINCO ANOS DE GOLPE E DESTRUIÇÃO

SANDRA BRANDÃO | (ORG.)

APRESENTAÇÃO | DILMA ROUSSEFF

PREFÁCIO | ALOIZIO MERCADANTE

O livro está disponível no site  
da Fundação Perseu Abramo  
[fpabramo.org.br](http://fpabramo.org.br)

